



ANGOLA
OBJECTIVOS
DO DESENVOLVIMENTO
DO MILÉNIO
2005



© O Governo de Angola em conjunto com o PNUD
Publicação do relatório financiada pelo PNUD

Partes deste relatório podem ser citados ou reproduzidos.
Solicita-se o reconhecimento, conjuntamente a uma cópia da publicação.

Se estiver interessado na aquisição deste relatório deve contactar:

Ministério do Planeamento
Largo do Palácio, Cidade Alta, Luanda
C P N° 1205
Tel 244 371 989 Fax 244 371 915

ou

Representante Residente, PNUD Angola
Rua Major Kanhangulo 197, Luanda
Tel 244 2 331 181 Fax 244 2 335 609

A versão eletrónica encontra-se disponível em formato PDF na página
<http://mirror.undp.org./angola/publications.htm>

Paginação e Design: Handmade Communications design@handmadecc.co.za

Photography: Cover UNDP-RCU/Laura Fantozzi, inside cover UNDP-RCU/Laura Fantozzi
2 FAS, 3 UNDP, 8 FAS, 9 UNDP-RCU/Laura Fantozzi, 11 UNDP-RCU/Laura Fantozzi,
12 UNDP-RCU/Laura Fantozzi, 13 FAS, 14 FAS, 16 FAS, 17 UNDP-RCU/Laura Fantozzi, 18 UNDP-
RCU/Laura Fantozzi, 19 UNDP-RCU/Laura Fantozzi, 20 UNDP-RCU/Laura Fantozzi, 23 UNDP-RCU/
Laura Fantozzi, 24 FAS, 25 UNDP-RCU/Laura Fantozzi, 29 UNDP-RCU/Laura Fantozzi, 31 UNDP-RCU/
Laura Fantozzi, 32 UNDP-RCU/Laura Fantozzi, 35 UNDP-RCU/Laura Fantozzi

Setembro 2005

ANGOLA

OBJECTIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO

2005

≡ INDICE ≡

ABREVIATURAS	2
PREFÁCIO	3
INTRODUÇÃO	5
SITUAÇÃO DOS ODM (EM 2005)	8
OBJECTIVO 1	9
OBJECTIVO 2	13
OBJECTIVO 3	15
OBJECTIVO 4	17
OBJECTIVO 5	19
OBJECTIVO 6	21
OBJECTIVO 7	26
OBJECTIVO 8	31

ABREVIATURAS



VISTA DE UM TRIBUNAL MUNICIPAL REABILITADO PELO FAS

APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
CNUCED	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
CNLS	Comissão Nacional de Luta Contra o SIDA
DOTS	<i>Directly Observed Treatment Short-Course</i> (Tratamento de Observação Directa de Cura de Curta Duração)
ECP	Estratégia de Combate à Pobreza (<i>Poverty Reduction Strategy</i>)
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
PIB	Produto Interno Bruto
GEF	<i>Global Environment Facility</i>
HAMSET	<i>HIV/AIDS, Malária and TB Control</i>
HIPC	<i>Highly Indebted Poor Countries</i>
IEC	<i>Information, Education and Communication</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
MDG	<i>Millennium Development Goals</i>
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
MINFAMU	Ministério da Família e Promoção da Mulher
ONG	<i>Organização Não Governamental</i>
PAV	<i>Programa Alargado de Vacinação</i>
PRSP	<i>Poverty Reduction Strategy Paper</i> (Estratégia de Combate à Pobreza)
SADC	<i>Southern African Development Community</i>
SIDA	Síndrome Imuno Deficiência Adquirida
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para População
INLS	Instituto Nacional de Luta Contra o SIDA
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
USD	<i>United States Dollar</i>

⇐⇒ PREFÁCIO ⇐⇒

Na Cimeira ao Milénio em Setembro de 2000, Angola figurava dentre os 191 países que adoptaram a Declaração do Milénio como um compromisso solene e global para promover a paz e desenvolvimento. A Declaração do Milénio, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) produziram um conjunto de alvos limitados no tempo, até 2015, para reduzir para metade a pobreza, fornecer alimento a todas as famílias, enviar todas as crianças à escola, travar a disseminação do VIH/SIDA etc.

A parceria global foi abraçada através de iniciativas importantes a nível regional sob os auspícios da União Africana. Angola aderiu à Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e ao Mecanismo Africano de Revisão de Pares (APRM). Estes processos complementam a Declaração do Milénio visando uma melhor governação, satisfação dos direitos humanos

e responsabilização de todos os actores estatais e não estatais.

O Relatório de Progresso dos ODM de 2005 é o segundo de uma série sobre os ODM em Angola. A publicação de 2003 proporcionou uma informação estatística de base para rastreio de indicadores e alvos e revelaram um sistema estatístico, de um modo geral fraco, para monitorar os ODM e que pouco evoluiu nos últimos anos.

Devemos ainda sublinhar, que as informações estatísticas oficiais pela sua natureza precária ainda não abrangem todos os domínios possíveis de serem monitorados e avaliados no âmbito dos ODM.

O Relatório de 2005 é mais abrangente do que o precedente realizado em 2003. Para além de uma avaliação dos progressos registados na concretização dos ODM, o Relatório traça os principais desafios e



EQUIPA DE TÉCNICOS DO GOVERNO, NAÇÕES UNIDAS E CONSULTORES NO FINAL DE UM SEMINÁRIO DE DEBATE SOBRE O RELATÓRIO DE PROGRESSO ODM 2005, NO HOTEL TRÓPICO EM LUANDA

políticas a adoptar, bem como as prioridades para a assistência ao desenvolvimento, ou seja como encurtar a grande distância que Angola ainda terá de percorrer para atingir, em 2015, a generalidade dos ODM.

Adoptar políticas certas é uma coisa, mas implementá-las é outra. O Relatório faz, por isso, uma avaliação do vigor do compromisso do Governo e do apoio dos Doadores. A parte do recurso nacional alocado à meta combinada com o apoio financeiro dos doadores é fundamental ser avaliado. Por isso, avaliar o grau de mobilização de recursos para alcançar o alvo é uma característica importante do Relatório de 2005. Além disso, prevê-se que a identificação de recursos financeiros constitua a principal preocupação do próximo relatório sobre os ODM.

De um modo geral, o Relatório proporciona uma pista sobre a probabilidade de se alcançar a meta acordada dentro do prazo estabelecido para 2015.

O Relatório dá um contributo sobre onde aplicar os esforços, a formulação de políticas, a implementação de programas ou a mobilização de recursos ou uma combinação dos três factores.

O Relatório sublinha a necessidade de se reforçar as políticas em todas as áreas dos ODM e assegurar a convergência das políticas sectoriais.

Conquistada a Paz em Abril de 2002 é visível uma melhoria substancial do ambiente político, económico e social.

No plano político restabeleceu-se um clima de convivência democrática entre os diversos partidos, podendo exercer as suas actividades em todo o território nacional. É um fruto da Paz único.

O País, assegurada a Paz, prepara-se para eleições livres e democráticas. A Assembleia Nacional aprovou o indispensável pacote legislativo: Lei dos Partidos Políticos, Lei do Registo Eleitoral, Lei da Observação Eleitoral, Lei Eleitoral e o Código de Conduta Eleitoral. A Comissão Eleitoral, com todos os seus membros, já se encontra constituída e a funcionar.

A nível económico, os últimos anos revelaram melhorias significativas, reflectindo as medidas adoptadas de reconstrução nacional e de estabilização monetária e financeira. No período 2002-2004 a taxa média anual de crescimento do PIB foi de 10% e prevendo-se que

se aproxime dos 16% nos próximos anos. Os resultados são ainda, naturalmente pouco visíveis na produção agrícola, já que, só no ano transacto, foi concluído o processo de reassentamento de 4 milhões de habitantes deslocados e está em vias de conclusão a reinserção de quase meio milhão de refugiados e de mais de 100 mil ex-militares. Também se encontra ainda na sua fase inicial a desminagem, a reabilitação e a construção de infra-estruturas que possibilitarão a retoma do mercado interno.

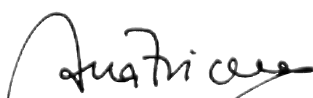
A taxa média de inflação passou de mais de 100% em 2002 para 31% em 2004. A taxa de câmbio da moeda nacional estabilizou, desde 2003, face ao dólar.

O défice fiscal passou de 7,8% em 2003 para um superavit de 0.6% em 2004. As reservas líquidas passaram de 1 mês de importações em 2003 para 2,4 meses em 2004.

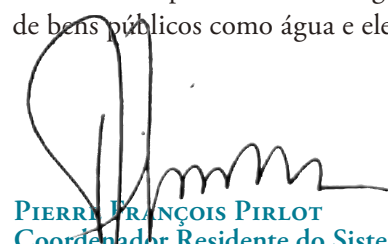
A nível social, e designadamente nos domínios mais directamente relacionados com os objectivos de desenvolvimento do Milénio, os avanços registados reflectem basicamente o tempo de maturação dos efeitos, por exemplo mais rápido nos indicadores de escolaridade do que nos indicadores sanitários.

A reinserção de quase 4,5 milhões de habitantes, um terço da população do País, gera obviamente novas pressões sobre os sistemas sociais locais que necessitam de tempo para responder. Dois a três anos é ainda um período muito curto. Angola espera que este enorme esforço que vem realizando, fundamentalmente com recursos próprios, seja reconhecido pela Comunidade Internacional. Só com um reforço significativo da sua ajuda, poderá Angola acelerar o passo na direcção dos ODM, quer na redução da pobreza quer na satisfação de necessidades sociais básicas. Igualmente se torna necessário intensificar o investimento público nos sectores sociais e nas actividades geradoras de emprego para os mais pobres, visando a realização dos objectivos de redução da pobreza.

O Governo deu por outro lado, passos importantes para estender a Administração do Estado a todo o território. Por sua vez, a presença efectiva do Estado ajuda a organizar o fornecimento de serviços sociais básicos como escolas, postos de saúde, segurança e fornecimento de bens públicos como água e electricidade.



ANA DIAS LOURENÇO
Ministra do Planeamento



PIERRE FRANÇOIS PIRLOT
Coordenador Residente do Sistema das
Nações Unidas em Angola e Representante
Residente do PNUD

INTRODUÇÃO

Situada na região ocidental da África Austral, Angola estende-se por uma superfície de 1.246.700 Km², sendo 60% do território constituído por planaltos de 1.000 a 2.000m com uma densa e extensa rede hidrográfica, entre 1.650 quilómetros de costa atlântica e 4.837 quilómetros de fronteiras terrestres.

Angola tem fronteiras com a República do Congo, República Democrática do Congo, República da Zâmbia e República da Namíbia.

O clima é tropical, com duas estações: cacimbo (estação seca) de Maio a Setembro e das chuvas (mais quente) de Outubro a Abril, com temperaturas médias de 27°C

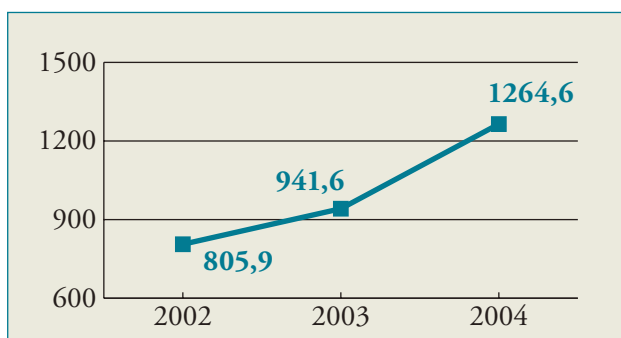
(máximas) e 17°C (mínimas).

Em termos constitucionais, a República de Angola é um Estado de Direito Democrático, alicerçado na unidade nacional, na dignidade da pessoa humana, no pluralismo de expressão e de organização política e no respeito e garantia dos direitos fundamentais do Homem.

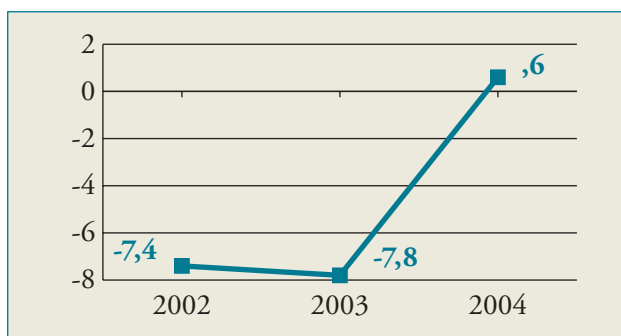
A organização administrativa de Angola funda-se em três pilares: as Províncias, em número de dezoito, que são a célula base das funções de planeamento e orçamentação; os Municípios (em número superior a centena e meia) e as Comunas.



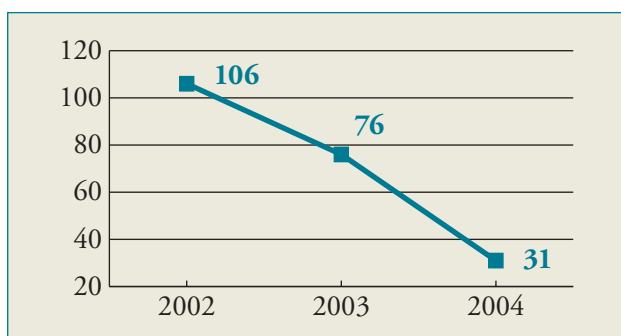
VISTA DE UMA PEQUENA PONTE DE ACESSO À UMA ÁREA RURAL, REABILITADA PELO FAS



EVOLUÇÃO DO PIB POR HABITANTE



SALDO FISCAL EM PERCENTAGEM DO PIB



EVOLUÇÃO DA TAXA DE INFLAÇÃO

Angola, para além de um importante património natural, possui um vasto e diversificado conjunto de recursos: recursos minerais, onde sobressaem o petróleo e diamantes, que situam Angola no grupo dos principais produtores africanos; recursos hídricos que posicionam o País numa situação privilegiada na África Austral, designadamente do ponto de vista do potencial hidroeléctrico; abundantes recursos do mar, em particular os piscícolas; solos, de aptidão muito variada, quer em regime de sequeiro quer de irrigação; elevado e variado potencial energético.

Angola viu-se confrontada, durante mais de três décadas com conflitos internos que, em decorrência da sua acção destruidora, deixou o País numa complexa e difícil situação económica e social.

O País tem hoje uma estrutura económica de enclave, onde só o petróleo representa 55% do PIB e 90% das exportações, 2/3 da população vive abaixo da linha de pobreza e 26% encontra-se em situação de extrema pobreza. A situação social, em particular no plano sanitário e educacional, é preocupante. A esperança de vida à nascença situa-se nos 42,4 anos, uma em cada quatro crianças morre antes de atingir 5 anos e a taxa de alfabetização atingirá somente 1/3 da população adulta.

O indicador de desenvolvimento social de Angola, baseado no Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD publicado em 2005, passou de 0,381 em 2004 para 0,445 em 2005. Contudo, Angola, entre 177 países, está classificada no 160º lugar, de acordo com o mesmo índice.

Desde Abril de 2002, data do fim da guerra, cerca de 4 milhões de angolanos deslocados regressaram às comunidades de origem, através da iniciativa de ajuda alimentar de emergência e assistência humanitária coordenada pelo governo. Entretanto, ainda muito resta a fazer para a completa implementação das estratégias de reinstalação e retorno, assim como a reintegração dos ex-combatentes na vida civil.

O Governo já se comprometeu com vários projectos simultâneos nos sectores de energia, infra-estruturas e transporte. Tem elevada prioridade a conclusão da barragem hidroeléctrica de Kapanda e a reabilitação de várias centrais eléctricas em todo o território. Já foram melhoradas as estradas e vias prioritárias, pontes, portos e aeroportos, permitindo o acesso a vastas áreas do território e a provisão dos serviços da administração estatal e dos serviços sociais básicos.

Porém, a evolução dos últimos três anos – correspondente ao período a que se refere este Relatório – após a celebração do Acordo de Paz, é já um importante esforço de recuperação, ainda que, naturalmente, insuficiente para encurtar de forma significativa os atrasos registados na concretização dos Objectivos do Milénio.

Nos últimos três anos o PIB evoluiu a taxas elevadas, superiores a 10%, o que permitiu que o PIB per capita tenha atingido 1.247 USD em 2004, ultrapassando o limiar (1.000 USD), dos países HIPC, reflectindo basicamente o aumento do volume de produção e o preço de barril de petróleo. A taxa de inflação passou de 106% em 2002 para 31% em 2004.

O saldo da conta corrente da balança de pagamentos passou de um défice de 6,4% em 2003 para um saldo positivo de 4,5% em 2004. O saldo fiscal passou de -7,4% do PIB em 2004 para um saldo positivo de

0,6% em 2004. A moeda nacional permanece estável, em relação ao dólar, há mais de 2 anos, reflectindo medidas de estabilização macroeconómica abrangentes e corajosas.

Em 2003 cerca de 1 milhão de crianças regressou à Escola. Foram recrutados mais de 29 mil docentes. No mesmo ano foram vacinadas 5,2 milhões contra a polio, o que não impediu que, depois de erradicada, novos casos se tenham verificado recentemente, por contágio importado.



VISTA DE UM CAMPO CULTIVADO NA POMBA NOVA, SUMBE, CAMPONESES DESTA ZONA ESTÃO A BENEFICIAR DE PROJECTO DE IRRIGAÇÃO FINANCIADO PELA COOPERAÇÃO ITALIANA

SÍNTESE DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

POPULAÇÃO

População Residente (Est. 2004) (milhões)	16,5
Densidade Demográfica, habitantes por km ² (Est. 2004)	13,2
Índice de Juventude da População (2004) (% da população com ≤ 20 anos de idade)	60

NÍVEL GERAL DE DESENVOLVIMENTO

PIB per Capita (2004), (USD)	1264.6
Índice de Desenvolvimento Humano (2005)	0,445
População Abaixo da Linha de Pobreza (2001), (%)	68
População em extrema Pobreza (2001), (%)	26

INDICADORES ECONÓMICOS

PIB (2004), (mil milhões USD)	18,5
Taxa Média de Inflação (2004), (%)	31
Exportações (2004), (mil milhões USD)	12.2
Investimento Público per Capita (2004), (USD)	26,25
Dívida Externa (2004), (mil milhões USD)	7,9
Saldo Fiscal (2004), (% do PIB)	0,6

INDICADORES SOCIAIS

Esperança de Vida à Nascença (2004), (Nº de Anos)	42,4
Taxa Bruta de Escolarização no Ensino Primário (2003), (%)	91,1
Taxa de Crescimento Médio de Alunos Inscritos no Ensino Primário (2000-2003)	24,3
Taxa de Mortalidade de Crianças com Menos de 5 Anos (2003) (morte de crianças com menos de 5 anos por 1000 nados-vivos)	260
Taxa de Mortalidade Materna (2003), (morte materna por 100 mil nados-vivos)	1400 a 1700
População com Acesso a uma Fonte de Água Apropriada (2003) (%)	68,5
População com Acesso a Condições Melhoradas de Saneamento (2003) (%)	78

SITUAÇÃO DOS ODM

(EM 2005)

OBJECTIVOS/METAS	NÍVEL ACTUAL DE REALIZAÇÃO DO OBJECTIVO			PROBABILIDADE DE CUMPRIMENTO DO OBJECTIVO/META			ADEQUAÇÃO DAS POLÍTICAS		
	Elevado	Moderado	Fraco	Elevada	Moderada	Fraca	Elevada	Moderada	Fraca
OBJECTIVO 1 ERRADICAR A POBREZA EXTREMA E A FOME			⬇		⬇			⬇	
OBJECTIVO 2 ALCANÇAR O ENSINO PRIMÁRIO UNIVERSAL	⬆			⬆			⬆		
OBJECTIVO 3 PROMOVER A IGUALDADE DE GÉNERO E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES			⬇		⬇			⬇	
OBJECTIVO 4 REDUZIR A MORTALIDADE EM CRIANÇAS COM MENOS DE 5 ANOS			⬇		⬇			⬇	
OBJECTIVO 5 MELHORAR A SAÚDE MATERNA			⬇		⬇			⬇	
OBJECTIVO 6 COMBATER O HIV/SIDA, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS			⬇		⬇			⬇	
OBJECTIVO 7 ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL			⬇		⬇				⬇
OBJECTIVO 8 DESENVOLVER UMA PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO		⬇			⬇				⬇

OBJECTIVO 1

ERRADICAR A POBREZA EXTREMA E A FOME



HABITANTE DE UMA ZONA RURAL A TRANSPORTAR LENHA, UM DOS PRINCIPAIS COMBUSTÍVEIS EM MUITAS ÁREAS RURAIS DE ANGOLA

META 1: REDUZIR PARA METADE, ENTRE 1990 E 2015, A PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO COM UM RENDIMENTO INFERIOR A 1 DÓLAR POR DIA.

DIAGNÓSTICO E TENDÊNCIAS

Angola apresenta um conjunto de indicadores sociais ainda muito baixos que a colocam entre os Países menos desenvolvidos do mundo sob o aspecto do desenvolvimento humano.

Em 2000-1, estimava-se que cerca de 68% da população angolana vivia abaixo da linha da pobreza (correspondente a 1,70 dólares americanos por dia), 26% dos quais em situação de extrema pobreza (com

menos de 0,75 dólar americano por dia).

Outro indicador que ilustra bem o nível de pobreza é a medida de desigualdade na distribuição dos rendimentos. Enquanto o PIB *per capita*, mais do que duplicou (cerca de 132,7%) no período entre 2000 e 2004, o coeficiente de Gini, um indicador do nível de desigualdade na distribuição do rendimento, aumentou de 0,52 para 0,62, no período entre 1994/5 e 2000/1.

No período 2001/2004 e com o finalizar da guerra em Abril de 2002, o Estado angolano pôde restabelecer-se em todo o território nacional. Houve regresso de grande parte dos deslocados. Estima-se que 98% dos 4,4 milhões de deslocados já foram reinstalados até Maio 2005. Foi registado o regresso de cerca de 314

mil refugiados correspondentes a 68,7 % do total, dos quais 98 mil foram repatriados de forma organizada. Porém, a desminagem das áreas agrícolas e a recuperação das infra-estruturas destruídas durante a guerra tem avançado de forma lenta.

Este movimento demográfico de grande dimensão (quase 1/3 da população), que levará algum tempo a produzir efeitos na expansão da produção de alimentos e que dependerá também da reabilitação das infra-estruturas, implica um período necessariamente longo de reinserção produtiva e social. O impacto no emprego e no combate à pobreza e à fome levará alguns anos, o que condicionará a concretização do ODM, no horizonte 2015, de redução da pobreza.

DESAFIOS E POLÍTICAS DE RESPOSTA

O principal desafio de Angola é direccionar, de forma eficiente, os recursos necessários para a redução da grande pobreza existente no País. O custo de implementação da actual Estratégia de Combate a Pobreza (ECP) está estimado em cerca de US\$3,15 mil milhões para o período 2003/2006, o que representa uma média de pouco mais de US\$ 790 milhões em cada ano de implementação. O nível de investimentos públicos, reduziu de cerca de 7,2% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2002 para cerca de 4,4% do PIB em

2004.

É necessário assegurar um nível adequado de investimentos públicos que introduza o impacto desejável sobre o nível de emprego e a satisfação das necessidades da população mais pobre. Sublinhe-se que o esforço de investimento que o Governo Angolano vem realizando, pós-conflito, tem sido essencialmente suportado por recursos nacionais.

No quadro do esforço de investimento do Governo Angolano, bem como a participação da comunidade internacional deve, em particular, atender-se ao papel central que o emprego e a formação profissional devem desempenhar na diminuição do Índice de pobreza.

O Governo de Angola tem vindo a implementar investimentos públicos com impacto na redução da pobreza, dos quais salientamos os seguintes: Reabilitação e Modernização das Infra-estruturas de Transporte; Recursos Hídricos e Energia Eléctrica; Programas Direcctionados Mais Directamente à População Pobre: O programa do Governo para o Combate à Pobreza inclui também os seguintes projectos que afectam mais directamente a população pobre, de que se salientam, a título exemplificativo: Programa de Microcrédito, do Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU). Desde 1999, o MINFAMU está a implementar um programa de micro-crédito dirigido



CANAL DE IRRIGAÇÃO DA HUMPATA - HUILA, RECENTEMENTE RESTAURADO PELO GOVERNO VISANDO A REVITALIZAÇÃO DO SECTOR AGRÍCOLA

essencialmente às mulheres residentes em áreas urbanas e rurais das províncias de Luanda, Bengo, Cabinda, Bié, Malange, Benguela, Huambo, Huila e Namibe; Fundo de Apoio Social (FAS): Os Fundos Sociais têm como objectivo, alcançar os grupos vulneráveis e pobres através de uma intervenção rápida e dirigida, criando oportunidades de emprego, principalmente trabalho de baixo rendimento e não especializado, através do financiamento de projectos públicos de infra-estruturas, nomeadamente, estradas, pontes, sistemas de saúde e escolas; Programa Geral de Desmobilização e Reintegração Sócio-profissional dos Ex-militares: Este programa abrange os desmobilizados e seus dependentes, resultantes dos acordos de Bicesse e Lusaka, incluindo o Memorando de Entendimento do Lwena. Programa de Reassentamento e Assentamento dos Deslocados Internos.

PRIORIDADES PARA A ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO: COMO ACELERAR OS ODM?

As principais prioridades no combate à pobreza em Angola são a criação de emprego e formação de mão-de-obra, o desenvolvimento da iniciativa privada e o aumento significativo de investimentos públicos, em particular nos sectores sociais e de reabilitação de infra-estruturas, procurando, assim, diminuir a pobreza entre a população vulnerável, principalmente refugiados e deslocados.

No Orçamento do Estado para 2005 estão consagrados 8,2% para subsídios e 5,3% para transferências sociais. É necessário elevar de forma significativa, nos próximos anos, a despesa pública com incidência directa na redução da pobreza.

Tem vindo a ser accionado um plano de crescimento e emprego para mobilizar o potencial do País e criar valor acrescentado nos sectores agrícola e industrial tradicionais. Para que isto aconteça, é necessário aumentar gradualmente os investimentos em infra-estruturas económicas básicas, energia, estradas, etc., através de projectos que visem criar sinergias e ligações com esforços semelhantes nos países vizinhos. Projectos de infra-estruturas económicas terão de garantir benefícios equilibrados em todas as áreas do território. Simultaneamente, a formação profissional e o desenvolvimento de capacidades terão de ser intensificados. As estratégias de micro financiamento e de pequenas empresas precisam de ser revistas e fortalecidas.

A capacitação da comunidade local é também um pré-requisito para o desenvolvimento a longo prazo. A população tem que ser capacitada para tomar sob

sua responsabilidade o seu próprio destino, adquirir as competências e construir os meios de subsistência sustentáveis.

META 2: REDUZIR PARA METADE, ENTRE 1990 E 2015, A PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO QUE SOFRE DE FOME.

DIAGNÓSTICO E TENDÊNCIAS

A vulnerabilidade alimentar é uma preocupação comum partilhada por vários países na sub-região da África Austral, incluindo Angola. Devido às mudanças climáticas irregulares e aos desastres naturais, a vulnerabilidade alimentar continua a afectar um número estimado em 1,1 milhão de pessoas, mas este número baixou de um ponto máximo de mais de 3,5 milhões, em 2002, registados imediatamente logo após ao cessar-fogo em Fevereiro de 2002. Desde 2003, o ressurgimento da agricultura tradicional está gradualmente a diminuir a necessidade de recorrer a produtos alimentares importados. Sementes, ferramentas manuais e outros insumos agrícolas foram fornecidos a cerca de 600 mil agricultores através de programas do Governo apoiados por vários doadores liderados pela FAO. A área total plantada para cultura aumentou em 15% durante a estação de plantio 2004-05, com uma força de trabalho acrescentada pelo regresso e reassentamento da população.

Persistem, contudo, alguns factores limitativos do aumento da produção, nomeadamente, o estado de degradação das infra-estruturas de comunicação, a dificuldade no processo de distribuição dos produtos (consequência da lenta reabilitação da rede viária e da reabilitação de pontes) e a existência de um incipiente sistema de conservação e processamento de produtos agro-pecuários. Estes factores impedem o normal escoamento da produção para os grandes centros de consumo e desincentivam o aumento da produção no meio rural.

A proporção de crianças com peso insuficiente é extremamente alta, cerca de 45% em 2001. As elevadas taxas de subnutrição e a prevalência extremamente alta de crianças com peso insuficiente, são uma herança da guerra, mas são também o resultado da pobreza generalizada.

DESAFIOS E POLÍTICAS DE RESPOSTA

O Governo tem trabalhado com as agências parceiras que operam no País, para assegurar a transição adequada da dependência da ajuda alimentar para a criação gradual de segurança alimentar, de modo a ajudar

os pobres das zonas rurais a recomeçar a agricultura normal e alcançar meios de subsistência sustentáveis.

Em 2004, o Governo aprovou uma nova lei de terras, com o objectivo duplo de fornecer espaços cultiváveis aos pequenos agricultores e adjudicar concessões a investidores que requeiram terra de média a grande dimensão para desenvolver.

A irrigação continua a ser uma estratégia válida para reduzir a insegurança alimentar em condições próprias para agricultura de regadio. O Ministério da Agricultura tem agora um Departamento de Agricultura Irrigada.

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício de 2005 destina cerca de 3,06% das despesas públicas para o sector da agricultura, pescas e meio ambiente. Diante da magnitude do problema da segurança alimentar, essa despesa deverá ser aumentada, para não comprometer a concretização dos ODM, nomeadamente no que concerne à melhoria das condições de nutrição da população.

PRIORIDADES PARA A ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO: COMO ACELERAR OS ODM

O incentivo à segurança alimentar e ao desenvolvimento rural são dois dos principais objectivos do programa que visa satisfazer as necessidades alimentares internas e relançar a economia rural, uma das áreas vitais para o desenvolvimento sustentável de Angola. Acções como o desenvolvimento do sector tradicional e o sector empresarial agro-pecuário, inseridas no programa ECP (Estratégia de Combate à Pobreza), são duas prioridades do Programa do Governo, 2005-2006, a que se acrescentará a necessidade de acelerar o processo de desminagem.

Tendo em vista este objectivo, o Governo está a promover o sector agro-pecuário, concentrando-se nas culturas de cereais, leguminosas, raízes e tubérculos, café, produtos de pesca continental/artesanal, a criação de pequenos ruminantes e gado bovino, considerados tradicionalmente como os produtos de base da dieta alimentar da população rural angolana.

Na estratégia de segurança alimentar, insere-se o desenvolvimento participativo das populações rurais. Fazem parte das políticas e programas no combate à fome e à pobreza, programas de crédito, capacitação e diversificação de soluções institucionais (agências públicas, grupos comunitários, organizações participativas), apoio à descentralização e reformas do sector público. Há, também, a promoção do desenvolvimento das capacidades locais, envolvendo relações entre os grupos comunitários, ONG's e empresas, através do financiamento de pequenos investimentos.



MULHER A PREPARAR O FUNGE NA MUXIMA, LUANDA. O FUNGE É UM PRATO TÍPICO DO NORTE DE ANGOLA

OBJECTIVO 2

ATINGIR O ENSINO BÁSICO UNIVERSAL



ESCOLA PRIMÁRIA CONSTRUÍDA PELO FAS

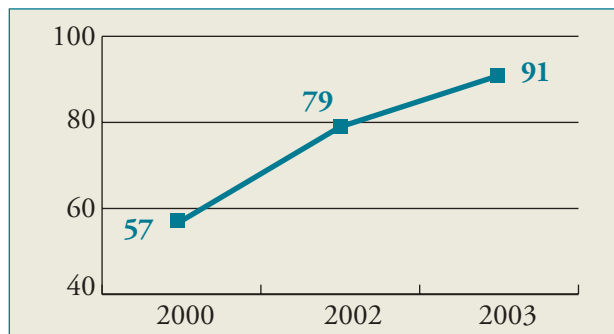
META 3: GARANTIR QUE, EM 2015, AS CRIANÇAS, RAPAZES E RAPARIGAS POR IGUAL, POSSAM CONCLUIR O CICLO COMPLETO DA ESCOLARIDADE PRIMÁRIA

DIAGNÓSTICO E TENDÊNCIAS

Na análise da evolução do Sistema Educativo duas tendências devem ser assinaladas: uma que se prende com a dimensão do sistema, a qual tem revelado uma evolução muito positiva, outra que traduz as deficiências da produtividade do sistema.

Nos últimos três anos, a República de Angola deu passos consideráveis com vista à obtenção da educação primária completa. Os esforços de construção e recuperação de infra-estruturas escolares, envidados pelo Governo de Angola, através do seu Programa de Investimentos Públicos, com o apoio das igrejas, ONGs

e outras organizações da sociedade civil, e as iniciativas de recrutamento dos cerca de trinta mil novos professores contribuíram para uma expansão notável na oferta de serviços de educação. O resultado foi um aumento nas taxas de escolarização. A taxa bruta cresceu de cerca



TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO

de 56,7% em 2000 para 91,1% em 2003, e a líquida de cerca de 38,2% para 49,1% no período de 2000 a 2002.

Os resultados encorajadores, medidos pelas taxas de escolarização, não devem, contudo, esquecer os grandes constrangimentos que o sector enfrenta e que, aos níveis do desempenho e eficiência escolares, arrastam consequências para o desenvolvimento do Sistema de Ensino. Para estes resultados muito contribuem a incapacidade das famílias adquirirem o material escolar, a entrada tardia das crianças na escola – apenas 22% das crianças que chegam à idade de 6 anos são efectivamente matriculadas na escola nesse ano, as elevadas taxas de reprovação e de abandono escolar. Segundo dados de 2003, apenas 30,6% das crianças que começaram a 1ª classe conseguiram concluir o ciclo de educação primária.

A tendência negativa da taxa de conclusão no período de 2000 e 2003 reforçam a convicção de que para o alcance da meta de Universalidade do Ensino Básico muito contribuem o desempenho e eficiência escolares, variáveis que podem constituir uma fonte de entropia numa dinâmica que tem dado sinais de progresso.

DESAFIOS E POLÍTICAS DE RESPOSTA

Entre os principais desafios que se colocam ao Governo de Angola estão, para além dos investimentos na recuperação e implementação de infra-estruturas, os que se relacionam com o nível da eficácia interna do Sector, e que deverão resultar, nomeadamente, na redução da taxa de abandono e da taxa de repetência (13,9% e 26,3% em 2003 para 6,9% e 7,9% em 2015 respectivamente) e no aumento da taxa de promoção e de conclusão (59,8% e 36% em 2003 para 79% e 80% em 2015 respectivamente).

Para a obtenção destes resultados muito deverão contribuir as medidas que, no quadro da reforma educativa em curso, se colocam ao nível do reforço da capacidade de gestão, planeamento e supervisão; identificação, formação e recrutamento de agentes educativos e de focalização dos currículos para aprendizagens básicas.

A implementação de um novo modelo de gestão descentralizada do sistema educativo até 2010; a introdução de um sistema de avaliação da qualidade das aprendizagens baseado em indicadores mínimos previamente definidos para cada disciplina, até 2015; a melhoria da gestão, reforço da parceria com os organismos nacionais e internacionais e a melhoria do sistema de informação estão entre um conjunto de iniciativas cuja implementação foi já lançada e que

carecem de reforço.

No âmbito da reforma educativa e da melhoria da qualidade do ensino novos manuais para o nível primário foram já produzidos. A política nacional de prevenção e combate às ITS e VIH/SIDA deve ser implementada no sistema de ensino.

PRIORIDADES PARA A ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO: COMO ACELERAR OS ODM?

É previsível que o número de parceiros que apoiam o sector aumente à medida que a intervenção dos diversos doadores passe de intervenções num registo de emergência para um apoio ao desenvolvimento do sector.

O UNICEF está a apoiar o Ministério da Educação na implementação do seu programa integrado para melhorar a qualidade da educação por via da formação de professores, distribuição de materiais escolares e preparação da carta escolar. Os programas do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento irão concentrar as actividades na construção e reabilitação de escolas, formação de professores e distribuição de livros escolares. A União Europeia irá também apoiar actividades de planeamento, gestão e avaliação.



CRIANÇAS A ESTUDAR AO AR LIVRE

OBJECTIVO 3

PROMOVER A IGUALDADE DO GÉNERO E O
CAPACITAÇÃO DAS MULHERES



AGLOMERADO DE CRIANÇAS VESTIDAS PARA TOMAR PARTE NUM SHOW DE DANÇA INFANTIL

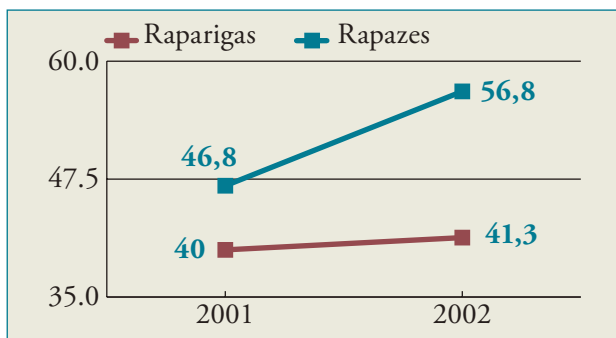
META 4: ELIMINAR A DESIGUALDADE DE GÉNERO NO ENSINO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO SE POSSÍVEL ATÉ 2005, E EM TODOS OS NÍVEIS ATÉ 2015

DIAGNÓSTICO E TENDÊNCIAS

Muito embora os dados apurados para o período de 2000 a 2002 indiquem uma promoção na igualdade

de género no Sector da Educação, reporta a mesma informação a distância que Angola revela relativamente a este Objectivo.

As diferenças entre as taxas líquidas de escolarização no ensino primário para os rapazes e raparigas, para o ano de 2002, 56,8% e 41,3% respectivamente, evidenciam as desigualdades de género que em Angola residem para o Sector da Educação.



TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO PRIMÁRIO

Para o aumento da taxa líquida de escolarização (de 38,2% para 49,1%), no mesmo período, muito contribuíram os acréscimos de 35,9% para 41,3% para as raparigas e de 40,1% para 56,8% para os rapazes.

As taxas brutas de escolarização permitem validar uma mesma tendência crescente, com amplitudes diferenciadas para os rapazes e raparigas. Para o aumento verificado nesta taxa no período de 2000 a 2003 (de 56,7% para 91,1%), muito contribuíram os aumentos parciais para as raparigas e rapazes, de 52% para 76,6% e de 60,3% para 123,3% respectivamente.

Os maiores desequilíbrios, contudo, são evidenciados em níveis de ensino superiores. No ensino secundário as raparigas continuam em desvantagem em relação aos rapazes, não atingindo os 50% (48% em 2002).

Contudo, as taxas de educação não reflectem totalmente o nível de desigualdade de género. As mulheres continuam a estar sub-representadas nos órgãos nacionais de tomada de decisão. De acordo com dados de 2005, dos assentos da Assembleia Nacional, apenas 15% são ocupados por mulheres. Na vida activa, em 2001, as mulheres constituíam 70% da força de trabalho do Sector Informal e continuam em minoria nos cargos públicos.

Para este cenário em muito contribuem as desigualdades na taxa de alfabetização para os indivíduos maiores de 15 anos, que se situam nos 82,2% para os homens e 53,8% para as mulheres.

DESAFIOS E POLÍTICAS DE RESPOSTA

Ao nível da Educação ou na Vida Activa passos importantes devem ser tomados para o alcance da igualdade de género.

O alcance de uma igual participação entre homens e mulheres nos Ensinos Primário e Secundário até 2015 coloca-se como um dos principais desafios do Governo de Angola.

O fim da guerra em Angola abriu novas perspectivas. O aumento da segurança e da mobilidade dão fortes

argumentos a um processo de expansão dos serviços de educação às zonas rurais, que deverão contribuir, activamente, para uma redução das diferenças de género nas áreas rural e urbana.

O Ministério da Educação está empenhado na redução das disparidades de género no Ensino Primário e Secundário, na promoção da igualdade de género na educação, assegurando o acesso pleno e equitativo a uma educação básica de qualidade para as raparigas e rapazes. O Plano de Acção de Educação para Todos, 2001-2015 e o Programa Nacional do Género, no contexto do Sistema Educativo 2001-2005, instrumentos implementados pelo Ministério da Educação, e em curso, deram já sinais de eficácia.

O Plano de Acção para o Biénio 2005-2006 do Ministério da Família e Promoção da Mulher prevê a criação de Centros de Formação Profissional para mulheres em 10 províncias e a constituição de uma Base de Dados sobre género, com o duplo objectivo de pretender a monitoria da participação da mulher no processo de desenvolvimento político, económico e social e de contribuir para um melhor e consubstanciado planeamento e tomada de decisão política.

Angola ratificou os instrumentos internacionais relacionados com o género, incluindo a Convenção de 1984 sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher e o Protocolo da SADC, de 1997, sobre o Género e Desenvolvimento. Para além disso, a participação do País em eventos mundiais e regionais centrados na promoção da mulher foi intensificada. Isto resultou no profundo interesse de Angola na implementação da Plataforma de Beijing para Acção, bem como na apresentação do relatório de avaliação do progresso Beijing+ 10.

PRIORIDADES PARA A ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO: COMO ACELERAR OS ODM?

Com o objectivo principal de acelerar o aumento da participação das mulheres na ocupação de cargos de responsabilidade nas diferentes esferas sócio-económicas, o Governo de Angola continuará a reforçar os acordos com as organizações bilaterais e multilaterais como o PNUD, UNIFAM, UNICEF e FNUAP para assistência nos domínios considerados prioritários do Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU)

A promoção de um forte envolvimento das comunidades e dos grupos de mulheres constitui uma forma ágil de fomentar as iniciativas de formação e informação sobre temas como o HIV/SIDA, inscrição escolar, educação sexual, etc. e de apoiar a sua participação em iniciativas em que são beneficiárias.

OBJECTIVO 4

REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL



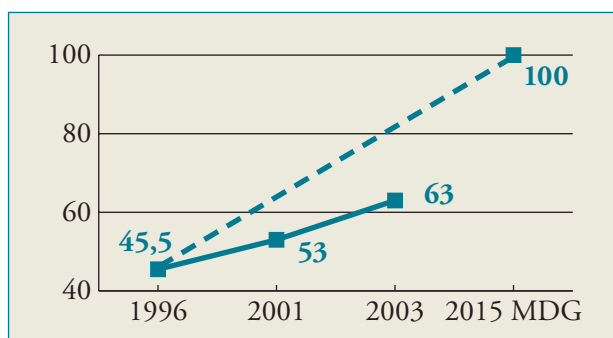
POSTO DE SAÚDE CONSTRUÍDO PELO FAS

META 5: REDUZIR EM DOIS TERÇOS, ENTRE 1990 E 2015, A TAXA DE MORTALIDADE ABAIXO DOS CINCO ANOS

DIAGNÓSTICO E TENDÊNCIAS

A taxa de mortalidade infantil de Angola é, ainda, uma das mais elevadas do mundo, sendo a malária a principal causa de morte entre as crianças com menos de 5 anos. A comparação dos dados de 2001 e 2003 revelam não ter havido melhoria nos indicadores deste objectivo. Observou-se, contudo, um progresso no número de crianças imunizadas contra o sarampo, que aumentou de 53,4% em 2001 para 62% em 2004, muito embora o nível de cobertura permaneça relativamente baixo.

A poliomielite, apesar de considerada erradicada nos



PROPORÇÃO DE CRIANÇAS DE 1 ANO DE IDADE VACINADAS CONTRA O SARAMPO

últimos anos, teve ressurgimento no início deste ano. As autoridades estão já alertas e em resposta preparam acções de informação e sensibilização e implementam campanhas de vacinação.

Para reverter a elevada taxa de mortalidade infantil prevalecente em Angola e, assim, responder aos compromissos assumidos no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, esforços significativos deverão ser investidos na construção e no equipamento das unidades sanitárias, em particular dos serviços materno-infantis em todas as províncias.

DESAFIOS E POLÍTICAS DE RESPOSTA

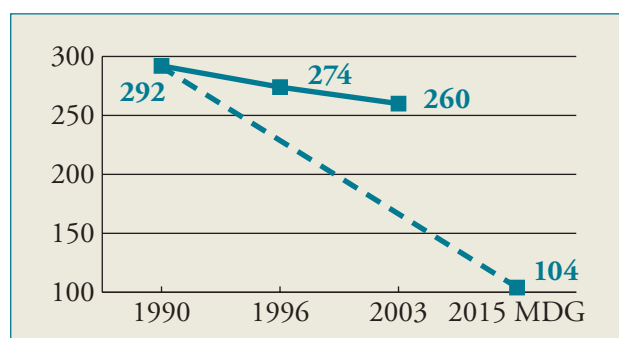
O Plano Estratégico para a Redução Acelerada da Mortalidade Materno-Infantil em Angola (2004-2008) anuncia os desafios traçados pelo Ministério da Saúde. O Plano prevê uma redução da mortalidade infantil para 104 por 1.000 nascimentos até 2015. Os seus objectivos são o reforço das campanhas de imunização contra o tétano pré-natal e neo-natal e controlar e erradicar, através da vacinação, doenças como o sarampo, a poliomielite e a febre-amarela.

A qualidade da nutrição é igualmente um factor de mortalidade infantil e estão a ser realizadas campanhas intensivas para prevenir as deficiências de vitaminas e de iodo.

O programa Alargado de Vacinação fixou metas específicas e ambiciosas para o período 2005-06 que visam a extensão dos cuidados primários de saúde, a capacitação para a vacinação dos profissionais envolvidos nas actividades de saúde materno-infantil, a implementação de um sistema de vigilância epidemiológica sensível, para todas as doenças imunopreveníveis e potencialmente epidémicas, no âmbito do sistema de vigilância epidemiológica integrada, e a compra de vacinas para rotina.

PRIORIDADES PARA A ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO: COMO ACELERAR OS ODM?

O Governo continua a necessitar de recursos financeiros para o aumento da qualidade dos serviços de saúde infantil, apoio às campanhas de vacinação de rotina e expansão da rede sanitária. Um esforço



NÚMERO DE ÓBITOS ANTES DOS CINCO ANOS (EM 1000 NASCIMENTOS)

conjunto e articulado entre o Governo Angolano e a Comunidade Internacional deverá contribuir para superar as dificuldades encontradas na integração das acções tendo em vista a melhoria dos serviços de cuidados primários.

A importância das parcerias com as ONGs, igrejas e doadores não deve ser descurada. O poder das estratégias de Informação-Educação-Comunicação são reconhecidas e, dirigidas às comunidades, aumentam a eficácia das campanhas de vacinação e o conhecimento dos métodos e dos cuidados a prestar às crianças.



CRIANÇA A BRINCAR JUNTO À UMA LAVRA ENQUANTO A MÁE TRABALHA, POMBA NOVA – SUMBE

OBJECTIVO 5

MELHORAR A SAÚDE MATERNA



UMA MÃE COM O SEU BÉBÉ NUMA CAMPANHA DE VACINAÇÃO

META 6: REDUZIR EM TRÊS QUARTOS A TAXA DE MORTALIDADE MATERNA, ENTRE 1990 E 2015.

DIAGNÓSTICO E TENDÊNCIAS

A deslocação das populações e a pobreza estão na causa do aumento da taxa de mortalidade materna (número de óbitos por 100.000 nados vivos) de 1.400 em 1990 a 1.800 em 2000. Uma recolha de dados a nível nacional, realizado em 2003, referiu a uma taxa mínima de mortalidade materna de 1.400. Muito embora a taxa de fertilidade do País (em média, uma mulher angolana passa por sete gravidezes durante a sua vida) seja elevada, a gravidez é um estado que ainda comporta altos riscos para as mulheres angolanas.

Os últimos dados revelam que a taxa de mortalidade materna é de 560 na SADC e 920 na África Sub-sahariana.

A percentagem de nascimentos assistidos por pessoal de saúde qualificado era de somente 22,5% em 2003; comparação muito desfavorável com relação a África Sub-sahariana que apresenta uma média de 41%.

Os principais desafios circunscrevem-se ao acesso precário aos serviços de saúde em geral, devido à cobertura limitada das infra-estruturas de saúde e à falta de pessoal formado para prestar assistência durante a gravidez e o parto. O Ministério da Saúde está a implementar o Plano Estratégico Nacional para a Saúde Reprodutiva 2002-2006, com o objectivo principal de baixar a taxa de mortalidade materna para 350. O objectivo é ambicioso.

O FNUAP e o UNICEF estão a prestar um forte apoio ao Plano Estratégico Nacional para a Saúde Reprodutiva 2002-2006. Vários doadores bilaterais estão a proporcionar um impulso sério na reabilitação das infra-estruturas físicas.

Relativamente aos dados sobre Planeamento Familiar pode concluir-se que existe um fraco recurso a métodos contraceptivos, com uma cobertura estimada em 2,8% (DNSP, Plano Estratégico Nacional 2002-2007). De uma forma geral, houve progressos nas áreas de Planeamento Familiar, particularmente na utilização dos serviços disponíveis. Apesar dos progressos, falta ainda muito por fazer, tanto na área de cobertura como nos métodos em uso e qualidade de consulta.

DESAFIOS E POLÍTICAS DE RESPOSTA

No âmbito do Plano Estratégico Nacional para a Saúde Reprodutiva, estão previstas as seguintes acções principais: Assistência aos cuidados obstétricos a partir do acompanhamento antes, durante e depois do parto; Tratamento das ITS/SIDA; Saúde reprodutiva dos adolescentes. Foi introduzida a experiência do preservativo feminino que deverá ser fortalecida e estendida a todo o território nacional.

PRIORIDADES PARA A ASSISTÊNCIA AO

DESENVOLVIMENTO: COMO ACELERAR OS ODM?

O objectivo universal deste ODM, usando 1990 como ano de base, é reduzir a taxa de mortalidade ma-terna de três quartos, para alcançar 350 em 2015. Dada as tendências e políticas actuais, é improvável que se cumpra o objectivo. A média da SADC, de 560, é um objectivo mais realista, desde que o governo e seus parceiros possam aumentar gradualmente o investimento em infra-estruturas físicas e formação de pessoal para acelerar a implementação do plano nacional mencionado acima.

No que respeita ao desenvolvimento das infra-estruturas físicas, deverá ser dada prioridade a instalações de pequena escala, que possam ser estabelecidas rapidamente em muitas áreas, para minimizar as distâncias e melhorar o acesso aos serviços de saúde para a maioria da população. Também é necessário investir na capacitação das comunidades através de IEC (Informação, Educação e Comunicação) e outras formas de educação social que possam ter um impacto positivo na saúde materna.

Para uma monitorização mais eficaz no futuro, tanto o governo como os doadores deverão intensificar esforços para melhorar a recolha de dados.

A mobilização de recursos tem de ser intensificada. A atribuição de recursos e definição de prioridades tem de ser orientada para a melhoria dos cuidados primários de saúde e saúde reprodutiva.



MÃE COM FILHO ÀS COSTAS NUM ENCONTRO DE MULHERES EM CELEBRAÇÃO AO DIA 31 DE JULHO, DIA DA MULHER AFRICANA, BENFICA, LUANDA

OBJECTIVO 6

COMBATE AO HIV/SIDA, À MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS



INSTALAÇÕES DO INSTITUTO NACIONAL DE LUTA CONTRA O SIDA EM LUANDA

META 7: DETER E COMEÇAR A REDUZIR A PROPAGAÇÃO DO VIH / SIDA

DIAGNÓSTICO E TENDÊNCIAS

A taxa de prevalência de VIH nos adultos é de 2,8%. Esta informação, obtida através de um estudo realizado a nível nacional pelo Ministério da Saúde à mulheres grávidas (15-49 anos de idade) que fizeram consultas pré-natais, em 25 centros de saúde no país, poderá não reflectir a realidade geral do País, devido à especificidade do grupo alvo, mas é a melhor fonte disponível, até ao momento. Existem outras fontes de informação, mas as metodologias são diferentes, o que torna difícil a identificação de uma linha de base nacional e a caracterização de tendências. No entanto, a informação disponível indica estabilização, mas é

demasiado cedo para se falar de redução da incidência e velocidade de transmissão.

DESAFIOS E POLÍTICAS DE RESPOSTA

Como consequência de 3 décadas de guerras vividas no País, são notórios os factores relevantes para a disseminação do VIH. Os factores são o processo de rápida urbanização, as migrações e as deslocações forçadas das populações, a elevada taxa de analfabetismo, a poligamia, as relações sexuais desprotegidas, o alto índice de infecções de transmissão sexual (ITS) e, finalmente, a destruição de redes sanitárias, levando a uma limitada qualidade de serviços prestados, bem como a circulação rodoviária internacional de mercadorias no sul do País, aumentando a prostituição.

O principal desafio na luta contra o VIH é, por um

lado intensificar as campanhas de prevenção por todo o País e, por outro, garantir que medicamentos anti-retrovirais estejam disponíveis e a um preço acessível para as pessoas infectadas. Relativamente à mobilização de recursos para o combate ao VIH/SIDA verificam-se novos picos na resposta dos doadores, uma vez que Angola se tornou elegível para parcerias de saúde global. O Fundo Global para o SIDA, TB, Malária vai participar com 90 milhões de USD, em cinco anos, no âmbito da sua componente de VIH/SIDA. O Banco Mundial irá intervir no âmbito do seu quadro de assistência ao VIH/SIDA, TB, Malária, conhecida por HAMSET.

Em 2003, foi criado o Decreto-Lei nº 1/03 de 10 de Janeiro que cria a Comissão Nacional de Luta Contra o VIH/SIDA e Grandes Endemias. Neste mesmo ano, o Conselho de Ministros aprova o regulamento sobre VIH/SIDA, emprego e formação profissional (Decreto nº 43/03, de 4 de Julho). Em 2004, é aprovada a lei nº 8/04 de 1 de Novembro 2004 sobre o Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) e a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA). No decorrente ano, através do Decreto nº 7/05 de 9 de Março cria-se o Instituto Nacional de Luta Contra a SIDA. Neste momento está a decorrer o processo de regulamentação da CNLS, Lei VIH/SIDA e INLS. Adicionalmente, estão em processo de implementação em Angola, programas como: Fortalecimento das Acções de Informação, Educação e Comunicação; Prevenção da Transmissão; Apoio ao Diagnóstico; Disponibilização de Medicamentos para o Tratamento; Diminuição do Impacto Individual e Social e Fortalecimento do Sistema de Vigilância Epidemiológica.

PRIORIDADES PARA A ASSISTÊNCIA AO

DESENVOLVIMENTO: COMO ACELERAR OS ODM?

Na luta contra HIV/SIDA, o apoio da comunidade internacional aos esforços do Governo continua a constituir prioridade para facilitar a implementação de um plano de acção multisectorial, consubstanciado na criação de condições para diagnóstico completo, programação, adequação e desenvolvimento dos projectos à realidade do País.

As principais prioridades são a extensão dos Centros de Testagem e Aconselhamento Voluntário, a aquisição e distribuição de equipamento e materiais de laboratório, a produção e distribuição de brochuras informativas/educativas (incluindo materiais a serem usados no curriculum escolar), a formação/capacitação dos médicos, técnicos de laboratório, enfermeiras, psicólogos e trabalhadores sociais, reposição de stocks de

anti-retrovirais e compra e distribuição de preservativos a nível nacional.

META 8 (I): DETER E COMEÇAR A REDUZIR A INCIDÊNCIA DE MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS GRAVES

DIAGNÓSTICO E TENDÊNCIAS

A malária continua a ser a principal causa de morbidade geral. Nos anos recentes, a incidência da doença aumentou de 16% em 2001 para 22% em 2003. Em 2003, a taxa de mortalidade associada à malária era de 35% para as crianças menores de 5 anos e 25% para a mortalidade materna. Somente 10% das mulheres grávidas dormem protegidas por mosquiteiros impregnados com insecticida.

DESAFIOS E POLÍTICAS DE RESPOSTA

A campanha “Fazer Recuar a Malária” continua a desempenhar um papel significativo no aumento do acesso aos cuidados primários e no reforço das acções preventivas, diagnóstico e tratamento dos casos. O objectivo é reduzir a prevalência da malária em Angola, de 3 milhões de casos clínicos para 900.000, durante os próximos 4 anos. É uma prioridade reduzir a taxa de mortalidade por malária e o impacto da doença no desenvolvimento social e económico do país.

Para alcançar estes objectivos, é necessário que o Governo, com o apoio da Comunidade Internacional, priorize o diagnóstico e tratamento da malária, a reconstrução de unidades de saúde e campanha maciça de prevenção da doença. O reforço da vigilância epidemiológica e controlo epidémico e o estabelecimento de uma forte capacidade de resposta também devem ser priorizados.

O apoio da Comunidade Internacional na luta contra a malária está a tornar-se mais forte com a intervenção do Fundo Global, do Banco Mundial e de vários outros doadores bilaterais. A componente da malária do Fundo Global disponibilizará cerca de 29 milhões de dólares americanos durante os próximos cinco anos.

PRIORIDADES PARA A ASSISTÊNCIA AO

DESENVOLVIMENTO: COMO ACELERAR OS ODM?

As realidades actuais tornarão difícil para o País alcançar a meta antes de 2015. Para se obter impactos desejáveis e acelerar o ODM será necessária a mobilização e disponibilização de recursos significativos para as prioridades mencionadas. Por fim, as questões de resistência aos medicamentos e a disponibilidade de medicamentos genéricos e baratos têm de ser

abordadas.

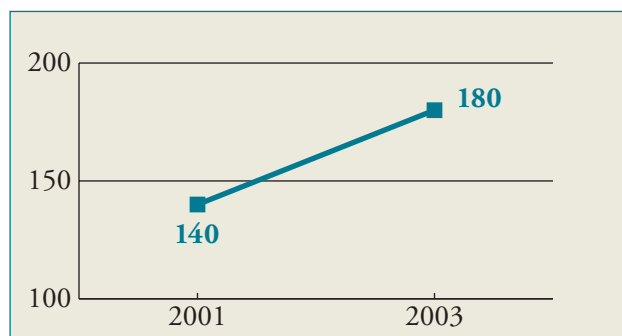
Para alcançar as metas do Milénio, será necessário priorizar, nomeadamente, as seguintes acções: Diagnóstico e tratamento correcto da malária; Recuperação das unidades sanitárias e massificação da prevenção; Luta anti-vectorial e pesquisa operacional para eficácia das medidas preventivas; Reforço da vigilância epidemiológica e controlo de epidemia; Implementação de vários projectos financiados pela OMS, UNICEF e USAID; Esforços financeiros e técnicos para capacitação dos nacionais do sector de saúde; Criação duma verdadeira capacidade de resposta de combate a epidemia; Acelerar o processo de reconstrução e reposição das infra-estruturas de saneamento básico, como forma de incrementar os níveis gerais de salubridade; Promover, em conjunto com os parceiros multi e bilaterais, a distribuição gratuita de mosquiteiros impregnados nas zonas de maior incidência da malária.

META 8.(2): CONTROLAR E COMEÇAR A INVERTER A TENDÊNCIA ACTUAL DE PROGRESSÃO DA TUBERCULOSE

DIAGNÓSTICO E TENDÊNCIAS

O sistema de detecção e tratamento da tuberculose (DOTS) está a melhorar de ano para ano. A proporção de municípios onde o sistema se encontra implantado, com êxito, aumentou de 44%, em 2001, para 67%, em 2004. O número de detenção de novos casos de tuberculose por 100.000 habitantes aumentou de 140, em 2001, para 180, em 2003, indicando assim melhor detenção. A taxa de mortalidade por TB situa-se nos 23%. Para comparação, a media da África Sub-sahariana e do Norte de África em 2003, era respectivamente, 272 e 50.

Cerca de 40% dos casos de tuberculose são detectados e tratados através do DOTS. A taxa de cura melhorou ao longo dos anos, de 46,6%, em 2001, para 70%, em 2004. O grupo etário mais afectado continua a ser o



NÚMERO DE NOVOS CASOS DE TUBERCULOSE POR 100.000 HABITANTES

dos 15 aos 54 anos. No entanto, este número está aquém do objectivo prognosticado pela Organização Mundial da Saúde, que é de 85%.

DESAFIOS E POLÍTICAS DE RESPOSTA

Angola tem de enfrentar desafios como o aumento do número de casos de co-infectados com TB/VIH e o surgimento de complicações resultantes de tratamentos inadequado ou incompletos. Serão necessários mais recursos financeiros para formação de novos técnicos e construção de unidades de saúde, especialmente nos municípios, para permitir a expansão do tratamento via DOTS a todo o território, até 2007, por forma a que 70% dos casos sejam notificados e 85% curados.

PRIORIDADES PARA A ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO: COMO ACELERAR OS ODM?

O Plano Estratégico da TB 2003-2007, estabelece as seguintes prioridades: Expandir a actual estratégia e o DOTs para que as pessoas infectadas com TB tenham acesso a um efectivo diagnóstico e tratamento; Adaptar esta estratégia para enfrentar os desafios emergentes do VIH e da resistência aos medicamentos; Melhorar os mecanismos de avaliação e monitorização com o sistema de informação estandardizado para a detenção e tratamento dos casos; Dinamizar o envolvimento comunitário em actividades de sensibilização social; Reforçar as parcerias para que as estratégias de controlo da TB sejam adequadas e efectivamente implementadas.

Resultados obtidos, nomeadamente, o aumento da detenção de novos casos e o tratamento ao abrigo do protocolo DOTS mostram que é possível reduzir a incidência da doença, até 2015. É necessário atribuir recursos suficientes para que este protocolo tenha cobertura nacional. A componente da tuberculose no quadro da intervenção do Fundo Global tem um orçamento no valor de USD 9 milhões para os próximos cinco anos. Outros doadores também apoiam o tratamento e cura da tuberculose, incluindo a USAID e o Banco Mundial através do HAMSET.

META 8.(3): CONTROLAR E COMEÇAR A INVERTER A TENDÊNCIA ACTUAL DA TRIPANOSSOMIASE

DIAGNÓSTICO E TENDÊNCIAS

O número de províncias onde foi reportada a presença do vector da tripanossomíase (a mosca tsé-tsé) aumentou de 13 para 14 desde o último relatório.

Não foi observado progresso significativo quanto ao

controlo vectorial, devido a dificuldades financeiras e operacionais. As limitações ao acesso a meios preventivos e terapêuticos não foram apenas provocadas pela guerra, mas também pela fraca mobilidade das equipas de prospecção na busca activa, necessária em todas as províncias onde a mosca tsé-tsé é endémica.

Em 2004, o número de novos casos foi de 2.280. Durante o período de 1996 a 1998 o número de casos notificados estava na faixa dos 6.000 a 8.000, por ano. De facto, a tripanossomiase, também conhecida por doença do sono, foi quase erradicada em 1960, mas a escalada da guerra tornou difícil manter esta situação. Durante a década de setenta e até ao início da década de noventa, o número de novos casos estava na faixa dos 1.200 a 2.400.

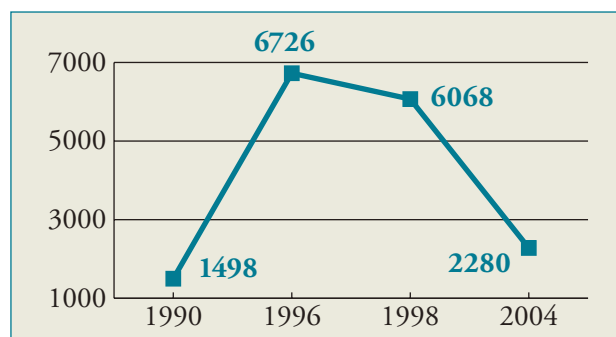
DESAFIOS E POLÍTICAS DE RESPOSTA

O Governo, com o apoio da comunidade internacional, precisa de recursos para poder controlar a doença e evitar a sua expansão para além das 14 províncias do País onde a mosca tsé-tsé habita e estancar o aparecimento de mais casos novos. Os principais desafios a enfrentar são os seguintes: Diagnóstico e tratamento de casos; Vigilância epidemiológica; Formação de técnicos a todos níveis; Luta anti-vectorial e implementação de medidas preventivas; Reforço na aquisição e distribuição de armadilhas nas províncias endémicas e vizinhas;

Construção de mais hospitais e centros de tratamento especializados.

O Instituto de Combate e Controlo da Tripanossomiase (ICCT) continua a funcionar com muitas dificuldades, impedindo uma lógica de intervenção vertical, principalmente nas unidades móveis, deixando as actividades preventivas inoperantes. O Plano Estratégico para o período 2002-2005 não tem sido implementado convenientemente para a erradicação da doença, constituindo um sério problema de saúde pública.

Para corrigir a situação, o reforço de cooperação com a Bélgica, França e a OMS é extremamente importante. Nesta conformidade, o ICCT deve ser dotado de recursos técnicos, humanos e materiais para levar a bom termo as intervenções de combate à Tripanossomiase.



NÚMERO DE NOVOS CASOS DE TRIPANOSSOMÍASE



HOSPITAL JOSINA MACHEL – MARIA PIA EM LUANDA



FUNCIONÁRIOS DA SAÚDE DURANTE A CAMPANHA DE COMBATE A EPIDEMIA DO MARBURG NO UÍGE

PRIORIDADES PARA A ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO: COMO ACELERAR OS ODM

A Tripanossomiase é um grande problema da saúde pública que exige uma tomada de medidas regulares para evitar a sua expansão. O plano estratégico para o combate a esta doença no período 2002-2005, tem como objectivo principal a eliminação da Tripanossomiase.

Para o efeito são consideradas prioridades: Expandir a actual estratégia de busca activa da mosca tsé-tsé, principalmente nas províncias endémicas e vizinhas; Melhorar os mecanismos de informação, educação e comunicação nas áreas rurais onde os serviços de saúde estiveram ausentes durante muitos anos; Prestar apoios de capacitação técnica para operacionalizar o plano e a gestão do ICCT; Dinamizar o envolvimento comunitário em actividades de busca activa na prevenção e combate a doença; Reforçar a cooperação com OMS e Países que têm apoiado programas de saúde pública; Acelerar o processo de reconstrução e reposição das infra-estruturas de saneamento básico, como forma de incrementar os níveis gerais de salubridade.

O combate à Tripanossomiase tem, na generalidade do continente, sido prejudicado pelos gigantescos recursos desviados para o combate ao VIH / SIDA e Malária. O Governo Angolano, só por si, não dispõe de recursos para combater, simultaneamente e de forma eficaz, todas as frentes epidémicas que enfrenta, pelo que um envolvimento mais extensivo da comunidade internacional, nesta área, é fundamental. É essencial

também coordenar as acções, a nível sub-regional, com países igualmente afectados.

META 8.(4): FAZER PARAR, ATÉ 2015, E COMEÇAR A REVERTER A INCIDÊNCIA DE OUTRAS DOENÇAS

Durante os últimos anos algumas doenças de natureza epidémica ressurgiram no País. Tais ocorrências exercem séria pressão sobre a fraca capacidade do sistema nacional de saúde levando o País a apelar, através do sistema das NU, à comunidade internacional para assistir no controlo do desastre.

Após vários anos de forte apoio na luta contra a Poliomielite, a doença estava quase a ser declarada como erradicada em Angola. Entretanto novos casos, recentemente reportados, levaram de imediato a novas campanhas de vacinação.

Em Outubro de 2004, a doença hemorrágica, conhecida por doença de Marburg, surgiu causando sérias tensões no sistema de saúde em Angola, especialmente na província do Uíge. O episódio desencadeou pronta e forte mobilização internacional e medidas concretas adoptadas evitaram a propagação da doença para o resto do País. A epidemia da cólera não está a receber atenção suficiente. O Governo ainda necessita de fundos adicionais para melhorar a qualidade dos serviços, apoiar as campanhas de vacinação de rotina e expandir o acesso a infra-estruturas sanitárias.

OBJECTIVO 7

GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL



VISTA DO RIO QUE ALIMENTA O CANAL DE IRRIGAÇÃO DA POMBA NOVA, SUMBE

META 9: INTEGRAR OS PRINCÍPIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS POLÍTICAS E PROGRAMAS NACIONAIS, INVERTENDO A ACTUAL TENDÊNCIA PARA A PERDA DE RECURSOS AMBIENTAIS

DIAGNÓSTICO E TENDÊNCIAS

A biodiversidade de Angola é notável. A floresta ocupa cerca de 35% do território do país e a orla costeira, de mais de 1.600 quilómetros, é rica em pescado. A tendência de perda dos recursos ambientais e a ameaça que, ao potencial de pesca, se tem colocado, alertam

para o risco que se coloca à garantia da sustentabilidade ambiental.

Os estudos realizados pelo Ministério do Urbanismo e Ambiente e pelo PNUD em 2005, através do projecto sobre a Biodiversidade, permitiram validar a exploração exagerada das espécies vegetais, a poluição do solo, água e atmosfera, as mudanças climáticas acentuadas, a agricultura e indústria florestal e os hábitos sociais como as principais causas de degradação ambiental e perda de diversidade biológica.

A actividade industrial e mineira e a exploração de petróleo offshore causam danos significativos ao habitat

costeiro.

A exploração diamantífera, por seu turno, tem constituído uma das principais causas do desaterro generalizado.

A degradação ambiental nas áreas rurais está frequentemente associada à pobreza. Os preços elevados dos combustíveis, a interrupção das vias de comunicação e a conseqüente incapacidade de distribuir meios de produção agrícolas para melhorar o aproveitamento das terras aráveis, determinam o recurso à biomassa e o uso desregrado da terra.

O afluxo massivo da população aos centros urbanos contribuiu para a degradação ambiental localizada. A remoção do lixo sólido na cidade capital e noutras cidades, bem como o seu tratamento, é uma questão que ainda não conseguiu uma resposta satisfatória e definitiva.

A acção de organizações civis nacionais de luta pela protecção do ambiente tem desempenhado um papel notável na defesa do ambiente e na sensibilização das populações. Contudo, os resultados não são ainda satisfatórios devido à falta de fiscalização regular para fazer cumprir a legislação vigente sobre o ambiente.

DESAFIOS E POLÍTICAS DE RESPOSTA

A melhoria de um quadro regulador, a divulgação e implementação da legislação ambiental e respectiva regulamentação constam dos principais desafios que ao Governo de Angola se colocam.

O sector privado deverá ser responsabilizado pela preservação do ambiente nas áreas onde opera, em particular, para as empresas que exploram petróleo e diamantes e que devem ser responsabilizadas pela preservação das áreas de exploração. A exploração de petróleo não pode estar em conflito com a pesca no litoral angolano.

De modo a evitar os danos provocados ao ambiente pelo abate irresponsável de árvores das florestas e a caça furtiva devem ser tomadas medidas urgentes, destinadas a pôr em prática as políticas de exploração florestal sustentável e facilitar o acesso da população, das zonas peri-urbanas e rurais, ao petróleo iluminante a preço razoável, em substituição do carvão e lenha.

A aplicação das directrizes do Protocolo de Montreal, sobre a poluição e segurança química, que preconiza a eliminação paulatina até 2010 das substâncias que destroem a camada de ozono, estão entre os desafios que sobre a sustentabilidade ambiental se colocam ao Governo.

Já em implementação, estão um conjunto de iniciativas e programas que pretendem definir medidas

em matérias como o planeamento e gestão ambiental, estratégia nacional de conservação da diversidade biológica e de luta contra a desertificação. Em curso, em parceria com ONGs, encontra-se igualmente o Programa de Educação e Consciencialização cujo objectivo é a introdução da educação ambiental.

O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, através dos Institutos de Desenvolvimento Agrário e Florestal, tem em curso a execução de programas e acções que promovem a divulgação das questões ambientais, que incidem sobre o reflorestamento, combate à desertificação, combate à erosão e melhoria das técnicas de agricultura tradicional.

PRIORIDADES PARA A ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO: COMO ACELERAR OS ODM?

Continuam a constituir prioridade para a assistência ao desenvolvimento, a manutenção de um ambiente propício à qualidade de vida das populações, através de planos territoriais de desenvolvimento provinciais e municipais. A actividade de acompanhamento e fiscalização de projectos para a promoção do desenvolvimento sustentável não tem sido eficaz, pelo que a exigência de apresentação de estudo do impacto ambiental deve constituir prioridade.

A capacitação, quer institucional, quer funcional e programática do Ministério do Urbanismo e Ambiente é uma tarefa urgente e deverá permitir potenciar as parcerias para o desenvolvimento e a melhoria das acções no contexto da gestão ambiental.

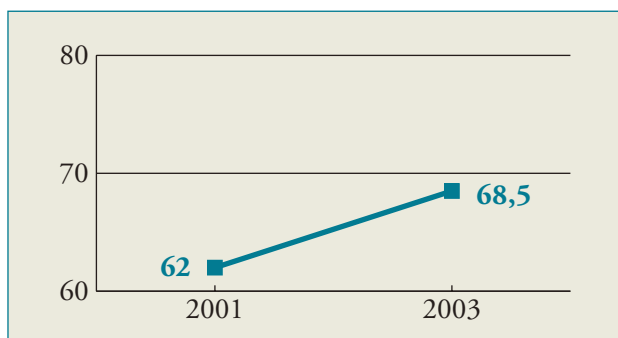
Os recursos humanos são factor chave. A capacitação de quadros, com o apoio da comunidade internacional, permitirá a melhor gestão dos recursos ambientais. Os parceiros para o desenvolvimento deverão pressionar as multinacionais no sentido da sua participação activa e significativa em programas de responsabilidade social e ambiental.

A aprovação dos grandes documentos de política, tais como o Programa de Gestão Ambiental e a Estratégia Nacional sobre a Biodiversidade, a regulamentação da Lei de Bases do Ambiente e a aprovação de outros instrumentos jurídicos são prioridades para a garantia da sustentabilidade ambiental.

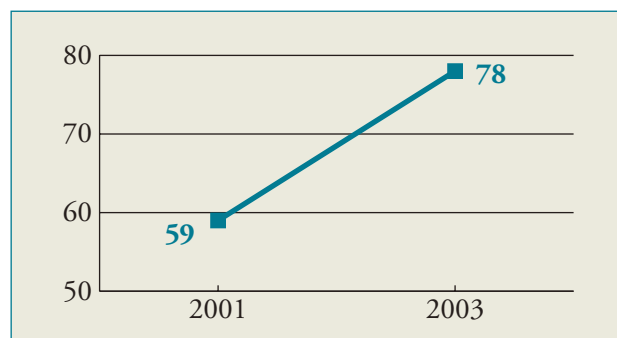
META 10: REDUZIR PARA METADE, ATÉ 2015, A PROPORÇÃO DE PESSOAS SEM ACESSO SUSTENTÁVEL A ÁGUA POTÁVEL

DIAGNÓSTICO E TENDÊNCIAS

Apesar de algumas melhorias, os actuais níveis de cobertura e qualidade dos serviços de abastecimento



PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO COM ACESSO SUSTENTÁVEL A UMA FONTE DE ÁGUA MELHORADA



PROPORÇÃO DE PESSOAS COM ACESSO A CONDIÇÕES SANITÁRIAS MELHORADAS

de água e saneamento básico são muito baixos quando comparados com outros Países e com as médias africanas. A reduzida percentagem da população com acesso a água potável e a insuficiência e precariedade na manutenção das redes de esgotos e sistemas de saneamento básico são fontes de propagação de doenças.

No período de 2001 a 2003 a percentagem da população com acesso a água potável aumentou de 62% para 68,5% e de 59% para 78% a percentagem da mesma com acessos a condições melhoradas de saneamento. Em 2001, o Multiple Indicator Cluster Survey (MICS) publicado pelo UNICEF, registava que uma reduzida percentagem da população com acesso a água potável tem acesso a água canalizada (11% e 13% para as zonas urbanas e rurais respectivamente) e que apenas 17% da população usava poços desprotegidos,

fontes naturais e adquiria água de camiões cisterna. Dos que possuem facilidade de saneamento básico nas áreas rurais, 19% estariam ligados a rede de técnicas apropriadas. A restante percentagem da população usa latrinas ou fossas sépticas.

Devido à saturação dos sistemas de abastecimento urbanos, o nível de abastecimento de água potável nos principais centros urbanos é ainda muito baixo. Dados do Ministério da Energia e Águas para 2004 revelam que, metade da água produzida pela empresa de serviços público de água em Luanda, perde facturação. O avançado estado de degradação da rede de distribuição e os actos de vandalismo a que frequentemente está sujeita (através dos quais a população procura desviar água) implicam perdas de eficiência do sistema e esclarecem as elevadas perdas do mesmo (cerca de 40% a 60%).



DESAFIOS E POLÍTICAS DE RESPOSTA

O alvo da estratégia do Governo de Angola e os desafios que a mesma define para os sectores da Água e Saneamento é atingir uma cobertura do sistema de saneamento (rede urbana, fossa, fossas sépticas e latrinas) de 57% nas áreas urbanas em 2003 para 85% em 2016, de 61% para 86% nas áreas suburbanas e de 26% para 65% para áreas rurais.

A definição de um quadro regulador adequado, para uma gestão melhorada dos recursos da água surge crucial. A este respeito a aprovação pela Assembleia nacional da Lei Geral da Água, Lei Nº 6/02, e sua publicação constitui um passo significativo para a reforma e desenvolvimento do sector da água. Estão ainda, no entanto, em curso, um vasto conjunto de tarefas para dar corpo à referida lei, nomeadamente, aprovação dos regulamentos sobre os sistemas de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e de drenagem de águas pluviais urbanas; aprovação pelo Conselho de Ministros do Regulamento de Utilização geral dos recursos hídricos; criação das instituições, tais como o Instituto Nacional de Recursos Hídricos.

Os investimentos necessários à reabilitação dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento das cidades são bastante exigentes. O Orçamento do Estado atribuiu 1,33% dos recursos para intervenções no sistema de abastecimento de água e a mesma percentagem do OGE para intervenções ao nível do saneamento básico. Um pacote de 240 milhões de dólares do Crédito da China foi, adicionalmente, destinado para projectos de água em quatro cidades mas o montante de investimento necessário é bastante mais elevado.

A definição de uma estratégia adequada para assegurar a sustentabilidade financeira das empresas encarregues da produção de água e electricidade e de recolha de lixo é um desafio a que, paralelamente, o Governo de Angola deve responder.

Um trabalho intenso está a ser levado a cabo pelo Ministério da Energia e Águas no sentido de mobilizar e sensibilizar populações para o uso racional da água, cuidados a ter para garantir a potabilidade da mesma, saneamento e resíduos líquidos.

PRIORIDADES PARA A ASSISTÊNCIA AO

DESENVOLVIMENTO: COMO ACELERAR OS ODM?

A recuperação dos sistemas de produção de água assim como a sua ampliação, a instalação de estações de tratamento de água (ETA), a multiplicação de furos de água subterrânea para o aumento do acesso à água

potável pelas populações das zonas rurais, exigem avultados recursos financeiros. Assim, na elaboração dos Planos Directores, no reforço da capacidade institucional, bem como na implementação de alguns projectos vitais, serão de grande importância o apoio e assistência das instituições especializadas das Nações Unidas e da Comunidade Internacional, sem descurar a participação da iniciativa privada e o envolvimento da própria comunidade local. O desenvolvimento de parcerias público-privadas, norteadas por princípios de protecção dos pobres (*pro-poor*), deverão ser promovidas pela Comunidade Internacional, promovendo, para o efeito, a realização dos estudos necessários.

META 11: MELHORAR CONSIDERAVELMENTE A VIDA DE PELOS MENOS 100 MILHÕES DE HABITANTES DE BAIROS DEGRADADOS ATÉ 2015

DIAGNÓSTICO E TENDÊNCIAS

A maioria dos agregados familiares em Angola, tanto nas zonas urbanas como nas zonas rurais continua a debater-se com o problema da falta de habitação condigna. Os elevados custos dos materiais, os valores elevados cobrados pela venda clandestina de residências e pelo aluguer de residências, estão entre os principais problemas do sector Habitacional. Com um parque habitacional que permanece inalterado, com casas que permanecem sem manutenção, face a um crescimento da população urbana e um aumento do número médio de indivíduos por quarto, a estrutura habitacional revela-se degradada, precária e desajustada. Os dados respeitantes a Luanda demonstram que, em 2000, em 43% das casas convencionais e tradicionais, habitadas por famílias de baixos rendimentos, dormem por quarto mais de 4 pessoas.

O recurso à construção de casas precárias nas zonas suburbanas, ou mesmo urbanas, como consequência de processos de migração, originou situações urbanísticas insustentáveis, com consequências no agravamento do empobrecimento das populações, deterioração das condições de higiene e saneamento, acumulação de lixo, ausência de água potável, de electricidade e de serviços de saneamento.

DESAFIOS E POLÍTICAS DE RESPOSTA

Muito embora os esforços de reassentamento da população deslocada tenham contribuído para aliviar o congestionamento populacional nas zonas urbanas, uma grande proporção da população que para estas zonas migrou, em particular para Luanda, permanecem

nestas zonas. O crescimento aumenta os desafios que se colocam à política habitacional.

O reforço da capacidade institucional do Ministério do urbanismo e Ambiente, através do Instituto Nacional de Habitação, no âmbito do controlo e coordenação dos projectos habitacionais, deve merecer especial atenção. A elaboração de um Plano de Habitação afigura-se como imperativo.

O reforço do quadro legal e a implementação de uma adequada gestão e planeamento do sector habitacional são cruciais. Deverão estes introduzir questões como a promoção ou incentivo à construção de habitação social ou a custos controlados; incentivo à auto construção dirigida, como forma de fazer participar a sociedade civil na resolução dos problemas habitacionais; institucionalização do Fundo de Fomento Habitacional por forma a facilitar a concessão de créditos às classes mais carenciadas; o desenvolvimento da indústria de materiais de construção, com particular enfoque na reabilitação das cerâmicas e no relançamento da produção de cimento; e promoção da requalificação dos bairros suburbanos a melhorar e equipar as moradias e bairros degradados.

No contexto da Estratégia Nacional de Descentralização, o planeamento urbano deverá desempenhar um papel fundamental na promoção de uma dinâmica de crescimento em outras cidades.

A habitação é um sector potencial para criação de valor acrescentado e emprego e, neste domínio, o País precisa de uma acção de reconstrução significativa. O financiamento será um constrangimento devido à magnitude das necessidades de recriar as infra-estruturas básicas, de assentamento urbano planeado, com serviços adequados de água, electricidade, saneamento e outros serviços sociais.

PRIORIDADES PARA A ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO: COMO ACELERAR OS ODM?

Os recursos do Estado nunca serão suficientes para responder a procura em todo o território. É necessário diminuir ou remover os custos do desenvolvimento da habitação individual e deixar apenas as infra-estruturas urbanas sob a responsabilidade do Estado. Têm de ser equacionadas estratégias ambiciosas de financiamento, incluindo recursos a soluções como as Parcerias Público-Privadas. A este respeito foi assinado um acordo com a Odebrecht, o BCI, e a Corporação Financeira Internacional, no quadro do qual esta última disponibilizou divisas ao projecto habitacional e o Banco Comercial local garante a entrega das casas aos moradores.

As medidas que, ao nível da política macroeconómica, tenham incidência na redução das taxas de juro constituem uma variável fundamental à promoção da habitação, uma vez que possibilitam a concessão de créditos em condições acessíveis.

A prioridade da ajuda internacional deverá incidir na formulação de um figurino de estatísticas que permita avaliar, permanentemente, a evolução do mercado habitacional e permita, assim, adoptar políticas habitacionais consistentes. O Sector não se encontra em condições de apresentar um programa concreto, dada a dispersão de responsabilidades pelos diferentes órgãos do Estado na execução de projectos habitacionais, pelo que urge a necessidade de se reforçar e clarificar o papel institucional do MINUA neste domínio.

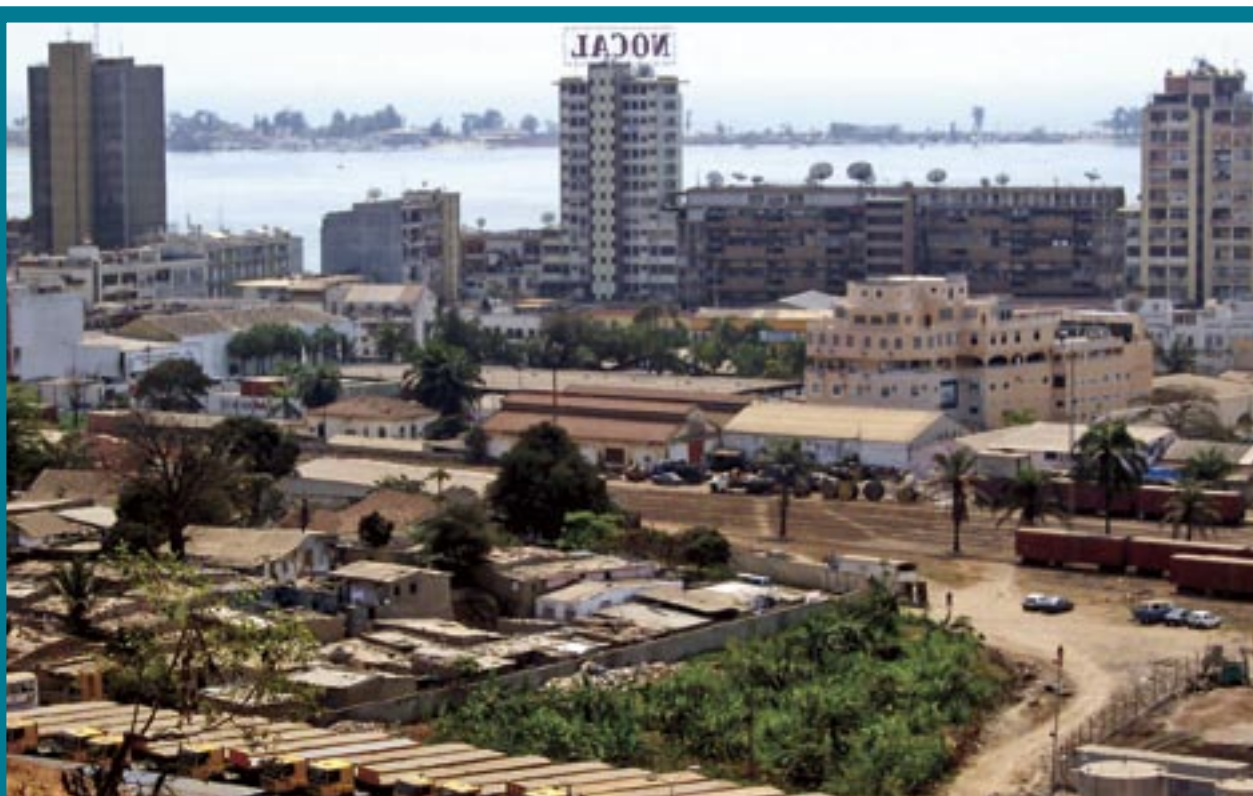
O sistema de cadastro tem de ser revisto e a actual lei de terras complementada por legislação específica que organize os direitos de propriedade urbana e condomínios e proteja os empréstimos sob hipoteca.



VISTA PARCIAL DE UM SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, POMBA NOVA, SUMBE

OBJECTIVO 8

DESENVOLVER UMA PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO



VISTA PARCIAL DA BAIXA DE LUANDA

META 12: CONTINUAR A DESENVOLVER UM SISTEMA COMERCIAL E FINANCEIRO MAIS ABERTO REGULAMENTADO, PREVISÍVEL E NÃO DISCRIMINATÓRIO. INCLUI UM COMPROMISSO COM A BOA GOVERNAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E REDUÇÃO DA POBREZA – TANTO NACIONAL COMO INTERNACIONALMENTE.

DIAGNÓSTICO E TENDÊNCIAS

Angola foi capaz de cumprir várias exigências do sistema legal, comercial e financeiro no processo de adesão à Organização Mundial do Comércio, bem

como a outros órgãos de integração *sub-regional*. O Governo conseguiu melhorar a governação económica em várias áreas, revista no âmbito do processo PRSP. Todos esses processos resultaram na preparação e adopção de quadros políticos que são mais abertos e não discriminatórios. A transição levou o País de uma economia planificada centralmente e do tipo socialista para uma economia aberta, procurando a integração total no sistema económico global e regional. Reformas de liberalização de longo alcance melhoraram os sistemas financeiro e bancário e o sector do comércio externo. Os constrangimentos de importações e taxas

de câmbio foram amplamente eliminados.

O sistema bancário e financeiro conhece uma rápida expansão. O volume de depósitos em moeda nacional duplicou em 2003, de 15% a 30% do total de recursos, ao mesmo tempo que o volume de depósitos em dólares baixou de 85% para 70%. Outro sinal da consolidação do sistema bancário e financeiro, é o lançamento exitoso de títulos (Banco Central, Tesouro). Nota-se ainda uma abertura do sistema financeiro com o aparecimento de novos bancos estrangeiros.

O compromisso com a boa governação é a meta mais importante para se desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento em Angola. Nesse aspecto, a existência de condições para eleições livres é a peça fundamental do processo de normalização pós-guerra da sociedade angolana. Com este objectivo, a Assembleia Nacional aprovou o pacote regulamentar relativo ao processo eleitoral, promulgado pelo Presidente da República.

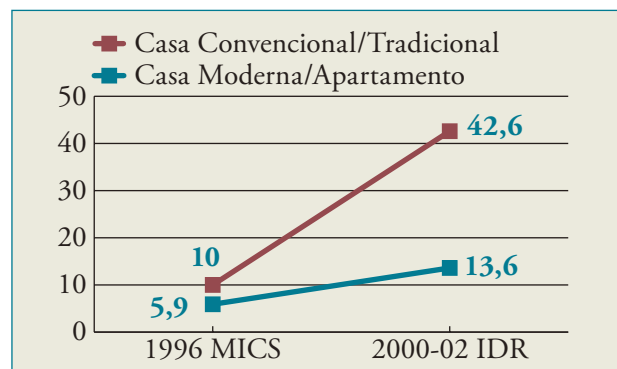
O contributo da comunidade internacional para o processo de reconstrução de Angola ressent-se da tendência geral de afrouxamento da ajuda ao desenvolvimento. Com efeito, sendo certo que a ajuda internacional à Angola cresceu em termos absolutos, não deixa de ser verdade que esse crescimento não deixa, em termos relativos, de estar bem aquém do imposto pelo desafio da reconstrução nacional.

DESAFIOS E POLÍTICAS DE RESPOSTA

O desafio que se impõe aos parceiros para o desenvolvimento é o de evoluir de um registo marcadamente humanitário e de emergência, para um apoio consistente ao processo de desenvolvimento económico e social. Estamos, pois, perante um desafio quantitativo e qualitativo.

O Conselho de Ministros de Angola aprovou em Maio de 2005 vários protocolos que visam o fomento do desenvolvimento económico e social, nomeadamente: O Protocolo sobre os Assuntos Jurídicos (legais) que permite a aplicação e interpretação dos instrumentos jurídicos, bem como a assessoria às instituições da SADC; O Protocolo contra a Corrupção que proporciona, a nível da região, um instrumento que auxilia os Estados membros na Luta contra a corrupção.

A proposta de Lei do Sistema de Pagamentos de Angola, instrumento necessário na gestão dos riscos comerciais, foi aprovada pela Assembleia Nacional, na sua sessão plenária do dia 31 de Maio de 2005. Este diploma visa regular os direitos e garantias dos operadores económicos nos processos de liquidação das obrigações.



FAMÍLIAS NA LUANDA URBANA COM 4 E MAIS PESSOAS POR QUARTO DE DORMIR (%)

No plano comercial, a liberalização do comércio externo aumentou desde que Angola aderiu à OMC. A pauta aduaneira foi simplificada e as tarifas reduzidas. No plano sub-regional, Angola prepara a implementação concreta do Protocolo do Comércio da SADC que prevê que 85% de todo o volume de trocas comerciais atinja o nível zero (0) da tarifa pautal. Entretanto, Angola formou um grupo *multi-sectorial* a fim de preparar a negociação do Acordo de Parceria Económica entre a União Europeia e a SADC, no âmbito dos acordos revistos de Cotonou (UE/ACP).

Em 2004, o Governo procedeu à adesão ao EITI (*Extractive Industries Transparency Initiative*). Como sinal forte de respeitar os seus engagements acerca desta iniciativa, o Governo publica regularmente na página na Internet do Ministério das Finanças um relatório dos seus rendimentos petrolíferos.

PRIORIDADES PARA ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO: COMO ACELERAR OS ODM?

Dois tipos de prioridades podem ser sistematizadas: Captação de Ajuda Internacional para o Esforço Angolano de Desenvolvimento. A meta de boa governação é uma condição *sine qua non* para o aumento da assistência ao desenvolvimento de Angola. Todavia, espera-se, também, da comunidade internacional um empenho adequado, em quantidade e qualidade, à magnitude do esforço de reconstrução nacional; facilitar a integração justa de Angola no sistema comercial e financeiro mundial. A este nível, muito há por fazer. O apoio material e de assistência técnica internacional às empresas Angolanas é praticamente inexistente, fora do sector extractivo. A comunidade internacional pode apoiar o esforço de construção da competitividade da economia e das empresas Angolanas, indispensável ao objectivo do desenvolvimento sustentável, assente num sector privado dinâmico e gerador de emprego, capaz de assumir, progressivamente o controlo da economia.

META 13: ATENDER ÀS NECESSIDADES ESPECIAIS DOS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS. INCLUI TAXAS E QUOTAS DE LIVRE ACESSO PARA AS EXPORTAÇÕES, REFORÇO DO PROGRAMA DE REDUÇÃO DE DÍVIDA BILATERAL OFICIAL; E APD MAIS GENEROSA PARA OS PAÍSES COMPROMETIDOS COM A REDUÇÃO DA POBREZA.

DIAGNÓSTICO E TENDÊNCIAS

A diversificação da economia angolana é fundamental na luta contra a pobreza e na criação de empregos. O sector petrolífero, só por si, não pode contribuir fortemente para a criação de emprego para a população pobre. Com vista ao relançamento da economia não petrolífera, o Governo intervém com acções que promovem e fomentam a actividade empresarial através de instituições especializadas, tais como o Instituto Nacional de Apoio à Pequena e Média Empresa (INAPEM), o Fundo de Desenvolvimento Económico e Social (FDES) e a Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP).

A Ajuda Internacional e o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) são contributos decisivos para o processo de diversificação da produção e exportações angolanas.

Os fluxos de Investimento Directo Estrangeiro para Angola atingiram o volume de USD 3.505 milhões em 2003 e 2.048 milhões em 2004, segundo dados da CNUCED. Existem expectativas de níveis mais elevados de IDE nos próximos anos, tanto no sector petrolífero (para explorar campos petrolíferos recentemente descobertos) como em projectos mais tradicionais na agricultura e indústria. O IDE representou USD 250 *per capita* em 2003 e USD 146 *per capita* em 2004.

Durante 2003, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) atingiu USD 499 milhões, dos quais 48% foram atribuídos à assistência humanitária e ajuda de emergência pós-guerra para a desmobilização, reintegração e reassentamento. O apoio dos doadores foi imediato e decisivo. A APD representou USD 35 *per capita*, em 2003.

Em 2005, até ao mês de Julho, o montante total da ajuda humanitária apenas era de USD 25,5 milhões, dos quais USD 5,9 milhões foram destinados ao combate à febre hemorrágica de Marburgo. Com o fim da situação de emergência, a tendência natural será para um progressivo *recto* diminuição do peso relativo da ajuda humanitária na APD.

O Banco Mundial reiniciou, em 2003, as suas actividades em Angola num quadro de cooperação

interina procurando apoiar o Governo no estabelecimento de um ambiente capaz de reter a ajuda e promover crescimento sustentável.

Com excepção do projecto EMTA (*Economic Management Technical Assistance*), programa orientado para o reforço das capacidades de gestão macroeconómica do Estado), as restantes iniciativas em curso no País sob financiamento do Banco Mundial estão ainda orientadas para a ajuda de emergência e/ou humanitária. Encontra-se em fase de lançamento um Programa Multisectorial da Recuperação Económica.

As inconclusivas negociações entre o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Governo de Angola, têm condicionado, de alguma forma, o progresso do País rumo ao cumprimento dos objectivos do Milénio. A inexistência de um acordo entre o FMI e Angola tem conduzido a um aumento da dívida externa, contraída no mercado internacional e condicionado a realização da Conferência de Doadores, bem como a convocatória do “Clube de Paris” para renegociação da dívida externa de Angola.

Durante o período de guerra, o PNUD coordenou de forma eficiente a ajuda humanitária prestada a Angola. Logo após a assinatura, em 2002, dos acordos de paz, esforços intensos têm viabilizado o reassentamento das populações e gradual retoma da vida normal nas zonas rurais.

No período pós-guerra, o PNUD vem apoiando os esforços do Governo no sentido de uma melhor Governança e gestão dos recursos originados pela exploração dos recursos naturais do País, com particular ênfase para o petróleo, colocando-os ao serviço do desenvolvimento económico e da melhoria da qualidade dos serviços sociais.

O Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas, PAM, recebeu do Governo japonês uma doação de USD 1 milhão para financiar o programa de alimentação escolar (merenda escolar) que abrange cerca de 130.000 crianças e para as campanhas de sensibilização sobre o SIDA. Até ao final de 2005, o PAM conta contemplar neste programa, cerca de 200.000 crianças. Porém, 120.000 adultos estão a ser apoiados pelo PAM em programas de comida pelo trabalho.

Para atender às necessidades das crianças, em Angola, o Fundo das Nações Unidas para a Criança (UNICEF) investirá, neste ano cerca de USD 25 milhões, contra os USD 30 milhões, no ano passado.

As actividades do Programa da FAO em Angola, no período em análise, articularam-se em dois eixos fundamentais: actividades de emergência e de transição para o desenvolvimento e actividades ligadas ao

fortalecimento das capacidades institucionais e de apoio à produção, com carácter de desenvolvimento.

O Banco Africano de Desenvolvimento assinou em Agosto de 2005 com o Governo, o quadro de assistência no valor de USD 47 milhões para o período de 2005-2008. Para o período 2002-2007, a Comissão Europeia tem programado uma ajuda de 210 milhões de euros, dos quais 146 milhões são destinados às situações de emergência e imprevistas; as alocações do FED são de 64 milhões de euros.

DESAFIOS E POLÍTICAS DE RESPOSTA

O grande desafio é aumentar a produção e as exportações não extractivas a fim de gerar emprego para população e diminuir a dependência em relação ao petróleo e diamantes. Atenta a magnitude dos investimentos em causa, a cooperação e ajuda internacionais serão determinantes na construção da competitividade da economia Angolana, em geral, e do indispensável capital social em particular.

Ainda não existe no País um clima favorável aos investimentos privados, nacionais ou estrangeiros. Com efeito, constata-se uma grande morosidade no arranque de um projecto de negócio, na celebração de

um contrato e no registo de uma empresa. Todavia, a lei de investimento privado para além de pretender reduzir a burocracia, facilita os processos legais e concede uma série de garantias ao investidor privado, como o repatriamento de capitais.

A legislação do investimento privado, ao equiparar o investimento estrangeiro ao nacional, configura um esforço sério e determinado do Governo no sentido da abertura da economia e de dinamização do sector privado.

A ANIP (Agência Nacional do Investimento Privado) e o Guichet Único da Empresa, estruturas do tipo *one-stop shop*, foram já criadas no intuito de acelerar os procedimentos ligados à constituição das empresas e de seu financiamento.

O Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) aprovado aquando da Cimeira de Chefes de Estado e Governo da SADC, em Agosto de 2003, em Dar-es-Salam (Tanzânia), representa uma plataforma, através da qual, os Países da região levam a cabo a sua integração económica para um desenvolvimento sustentável. Este plano estabelece os objectivos e metas a alcançar nos próximos quinze anos que são convergentes com os ODM.



VISTA DO PORTO COMERCIAL DE LUANDA. ANGOLA É AINDA ALTAMENTE DEPENDENTE DAS IMPORTAÇÕES

PRIORIDADES PARA A ASSISTÊNCIA AO

DESENVOLVIMENTO: COMO ACELERAR OS ODM

A prioridade da acção de Governo e Comunidade Internacional deverá residir, numa primeira etapa, na reconstrução da base económica nacional (seja no plano estrutural seja no plano infraestrutural) para, numa segunda etapa, evoluir para a construção da competitividade da economia nacional, aposta fundamental à sustentabilidade do processo de desenvolvimento humano e económico do País. De igual modo, o reforço do capital social como forma de melhorar o ambiente geral de negócios, deverá afirmar-se como prioridade complementar da assistência ao desenvolvimento.

O aprofundamento da inserção internacional de Angola, quer a nível regional, quer nos planos bi- e multilaterais, onde ressalta a necessidade de normalizar e desenvolver as relações com as instituições de Bretton Woods, constituir-se-á num factor essencial ao desenvolvimento económico e social de Angola.

META 15: NEGOCIAR DE FORMA ABRANGENTE OS PROBLEMAS DA DÍVIDA DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DE MEDIDAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE FORMA A TORNAR A DÍVIDA SUSTENTÁVEL A LONGO PRAZO.

DIAGNÓSTICO E TENDÊNCIAS

O Governo angolano beneficiou do apoio das instituições internacionais, (CNUCED, FMI) em termos de capacitação na gestão da dívida externa.

Em 2004, o montante da dívida externa estava avaliada em USD 8,889 mil milhões, sendo USD 4,199 mil milhões junto dos bancos e empresas e USD 4,324 mil milhões de dívida oficial bilateral; enquanto que a dívida multilateral é, somente, e de forma ilustrativa, de USD 365 milhões. O rácio dívida/PIB baixou de 66,7%, em 2003 para 48,1 % em 2004, segundo uma estimativa recente.

DESAFIOS E POLÍTICAS DE RESPOSTA

Existe uma tendência para a sustentabilidade da dívida de médio e longo prazo. Comparado com as exportações, o serviço da dívida representou 21% em 2004, baixando de 41% de 2001. No entanto este nível é ainda alto, uma vez que desvia recursos significativos das prioridades de desenvolvimento e são necessários mais esforços e negociações para alcançar um nível de dívida compatível com os ODM.

O principal desafio a cumprir no âmbito desta meta

será o de negociar condições mais favoráveis para a dívida contraída durante o período em que o País se encontrava em guerra. Para que tal se torne possível, é indispensável a organização de uma Conferência de Doadores e que se concretize a Reunião do Clube de Paris.

O crescimento e a diversificação das exportações, bem como uma adequada gestão dos recursos, serão os factores decisivos para uma sustentada redução da dívida externa.

Desde 2000, no âmbito do programa de reformas, o Governo angolano tem vindo a tentar negociar, sem êxito, um acordo global com as organizações internacionais acerca da sua dívida. O Governo optou, assim, por negociar directamente com os Países credores. Conseguiu reduções da dívida de um valor global de Kz 107 biliões equivalente a USD 1,3 bilião, com os seguintes países: Rússia, Portugal, Polónia, Hungria e Alemanha.

Porém, verifica-se que, enquanto nos anos 2002 e 2003, o endividamento consistiu no financiamento do défice fiscal, em 2004, o principal justificativo de endividamento foi a realização de novos investimentos em infraestruturas e reconstrução. Trata-se, naturalmente, de um indício positivo, directa consequência da pacificação do contexto político-militar e função de um natural realinhamento da acção governativa.

PRIORIDADES PARA ASSISTÊNCIA AO

DESENVOLVIMENTO: COMO ACELERAR OS ODM:

Para além do acesso a recursos financeiros externos, outra prioridade será obter assistência para fortalecer a capacidade de negociação da dívida externa com os diversos tipos de credores. Adicionalmente, medidas nacionais e internacionais terão de ser implementadas por forma a tornar a dívida sustentável a longo prazo. As medidas nacionais serão o fortalecimento da equipa do governo, principalmente ao nível do BNA, de negociação com os credores. São inadiáveis a realização da reunião do “Clube de Paris” para renegociação da dívida externa de Angola e da, tão adiada, Conferência de Doadores.

META 16: EM COOPERAÇÃO COM OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, DESENVOLVER E IMPLEMENTAR ESTRATÉGIAS QUE PERMITEM TRABALHO APROPRIADO E PRODUTIVO PARA A JUVENTUDE.

DIAGNÓSTICO E TENDÊNCIAS

A actual taxa de desemprego dos jovens de 15 aos 24 anos está estimada em 37%. Torna-se, então,

fundamental investir na qualificação dos jovens Angolanos, para garantir mão-de-obra adequada e aumentar a competitividade estrutural e produtividade da economia Angolana. O esforço de reconstrução da economia Angolana será, nas primeiras etapas, fortemente intensivo em mão-de-obra, pelo que é de esperar uma contracção do desemprego. Todavia, este facto não poderá comprometer o futuro, desviando jovens em idade escolar de uma formação consentânea com os desafios que o futuro do País impõe.

DESAFIOS E POLÍTICAS DE RESPOSTA

Os desafios que o Governo Angolano tem que enfrentar para prover empregos produtivos são enormes, tendo em vista o elevado grau de juventude da população do País. Actualmente, o País tem uma população estimada em cerca de 16,5 milhões de habitantes, dos quais 60% têm idade inferior a 20 anos.

Nas próximas décadas a população jovem irá duplicar. O Governo e seus parceiros deverão trabalhar activamente no sentido da qualificação da juventude Angolana, não hipotecando, em nome da garantia

da sobrevivência, a construção de um futuro melhor. Isto significa, criar condições para que todo o jovem Angolano possa ter acesso à educação e à construção de competências necessárias para a consolidação da competitividade estrutural futura da economia Angolana.

O Governo assinou uma Convenção Financeira com os Bancos comerciais, BPC e Banco Sol, para financiar operações de micro-crédito e de crédito ao consumo com um montante de 10 milhões de dólares. O objectivo é de promover modelos de geração de emprego e de renda, sobretudo para os jovens e mulheres, chefes de agregados familiares. Algumas categorias sócio-profissionais são visadas, nomeadamente professores, enfermeiros, pequenos produtores agrícolas e equiparados, e outros profissionais de importância similar. Os empréstimos serão concedidos à taxa de juro específica.

Também, o alargamento dos Centros de Formação Profissional, criação das Escolas de Ciência e Tecnologia no âmbito do ensino superior visa dar formação profissional aos jovens para terem mais probabilidade de ingresso no mercado de trabalho.



VISTA DE UMA REPARTIÇÃO PÚBLICA EQUIPADA COM MEIOS DE INFORMÁTICA

PRIORIDADES PARA ASSISTÊNCIA AO

DESENVOLVIMENTO: COMO ACELERAR OS ODM

A prioridade será a definição e implementação de uma política de juventude. Adicionalmente, será necessário o ordenamento das actividades relacionadas com o ensino superior estimulando a abertura das fileiras tecnológicas, ao contrário de que se verifica presentemente. É imperativa uma política activa de construção de competências de futuro, assegurando o acesso à educação e formação indispensáveis para a construção de uma oferta de emprego qualificada e adequada.

META 17: EM COOPERAÇÃO COM EMPRESAS FARMACÊUTICAS, PERMITIR O ACESSO AOS MEDICAMENTOS ESSENCIAIS DISPONÍVEIS NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.

DIAGNÓSTICO E TENDÊNCIAS

A percentagem de população com acesso aos medicamentos essenciais disponíveis, numa base sustentável, é ínfima em Angola. Actualmente, de acordo com a OMS apenas uma pequena parcela da população tem acesso aos medicamentos essenciais.

Encontra-se desactivado um projecto de produção de medicamentos essenciais que foi implantado na década de 1990 com os apoios do BAD, que teria três unidades de produção situadas em Malange, em Luanda e outra em Benguela. O investimento total foi de US\$32 milhões.

DESAFIOS E POLÍTICAS DE RESPOSTA

Trata-se de colocar à disposição das populações medicamentos de qualidade a preço acessível. Trata-se, também, de redinamizar as infraestruturas desenvolvidas com o apoio do BAD, colocando-as ao serviço dos objectivos de desenvolvimento do País.

Neste momento, o Governo procede à reestruturação das unidades farmacêuticas e prevê-se a publicação de nova legislação sobre comercialização e distribuição de medicamentos.

PRIORIDADES PARA ASSISTÊNCIA AO

DESENVOLVIMENTO: COMO ACELERAR OS ODM

Há necessidade de reforçar as campanhas de sensibilização sobre a aquisição, utilização e conservação dos medicamentos. A comunidade internacional deverá reforçar a ajuda em medicamentos essenciais ao combate das principais doenças existentes em Angola, como são os casos da malária e VIH/SIDA.

META 18: EM COOPERAÇÃO COM O SECTOR PRIVADO DISPONIBILIZAR AS VANTAGENS DAS NOVAS TECNOLOGIAS, ESPECIALMENTE NA INFORMAÇÃO E NAS COMUNICAÇÕES.

DIAGNÓSTICO E TENDÊNCIAS

A elaboração pelo Governo, em Agosto de 2005, da lei que cria condições para melhorar o sector de informação em Angola.

Em 2001, na sequência do diagnóstico que aponta as principais causas do fraco desenvolvimento das telecomunicações no País, nomeadamente a inexistência de recursos financeiros adequados para a reposição e modernização das infraestruturas, a escassez de pessoal qualificado e os sérios impedimentos resultantes de factores externos ao sector, o Governo elaborou “O Livro Branco para o Desenvolvimento das Telecomunicações”, numa perspectiva de quatro anos, isto é, até 2005. O objectivo foi promover o desenvolvimento sustentável dos serviços de uso público para um acesso universal aos cidadãos e à sociedade em geral.

DESAFIOS E POLÍTICAS DE RESPOSTA

O grande desafio é a consolidação do processo de liberalização das telecomunicações coberto pela nova lei de legislação do sector, permitindo intervenções de muitos mais operadores no mercado. Outro seria o de conceber um “Master Plan” para o uso das novas tecnologias em Angola, com o objectivo de melhorar os níveis de informação e comunicações do País. Há urgência em modernizar as telecomunicações em Angola.

PRIORIDADES PARA ASSISTÊNCIA AO

DESENVOLVIMENTO: COMO ACELERAR OS ODM

A intensificação do processo de modernização e liberalização do sector das tecnologias de informação e comunicações, com particular relevo para as telecomunicações, será essencial à emergência de uma Sociedade do Conhecimento e da Informação. A captação de IDE neste sector será determinante.